



**PINHAL MAIOR**  
Associação  
Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul

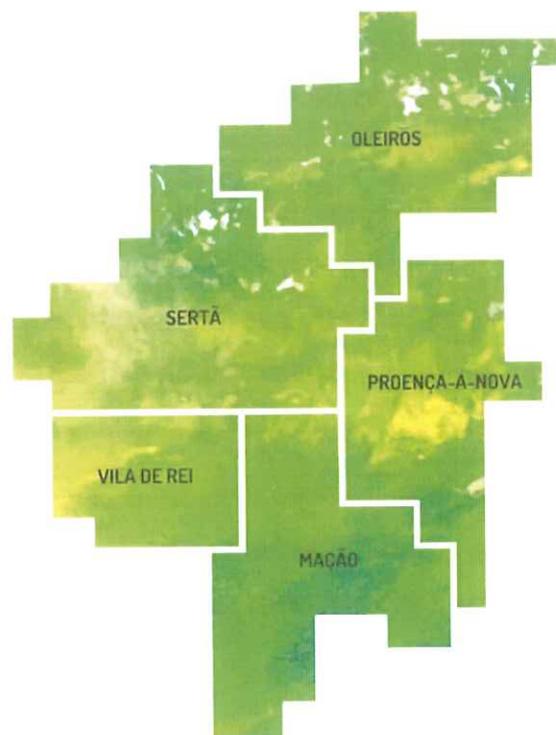


UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural  
A Europa Investe nas Zonas Rurais



# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR

GAL - PINHAL MAIOR



2018

4

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DA EDL .....</b>	<b>3</b>
1.1 LOCALIZAÇÃO (NUTS II, NUTS III, Concelho e Freguesia) .....	3
1.2 COMPOSIÇÃO DA PARCERIA .....	4
<b>2. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
2.1 IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO DO TRABALHO E DA SUA RELEVÂNCIA .....	8
2.2 EXPLICAÇÃO BREVE DA METODOLOGIA SEGUIDA PARA O DESENVOLVER .....	8
2.3 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS CAPÍTULOS QUE O CONSTITUEM .....	8
<b>3. CONTEXTO DA EDL .....</b>	<b>9</b>
3.1 BREVE INFORMAÇÃO CONTEXTUAL .....	9
3.2 BREVE INFORMAÇÃO SOBRE OS OBJETIVOS E PRIORIDADES DA ESTRATÉGIA .....	9
3.3 COERÊNCIA E PERTINÊNCIA DA ESTRATÉGIA .....	13
3.4 DISPOSIÇÕES DE GESTÃO E DE ACOMPANHAMENTO DA ESTRATÉGIA .....	14
<b>4. EXECUÇÃO DA EDL .....</b>	<b>15</b>
4.1 CONTRIBUTOS DAS OPERAÇÕES NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA PARA O CUMPRIMENTO DOS SEUS OBJETIVOS .....	15
4.2 INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS PARCEIROS NA EXECUÇÃO DA EDL .....	17
4.3 INFORMAÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO DO GAL .....	17
4.4 INFORMAÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA LEADER ATRAVÉS DO MECANISMO DE EXECUÇÃO DA EDL .....	18
4.5 A PROGRAMAÇÃO DOS DIVERSOS PO FINANCIADORES (OBJETIVOS ESPECÍFICOS E RESPECTIVOS INDICADORES E METAS) É ADEQUADA FACE À DINÂMICA DE IMPLEMENTAÇÃO DA EDL .....	20
4.6 IDENTIFICAÇÃO DOS INDICADORES FINANCEIROS E FÍSICOS POR OPERAÇÃO .....	23
BALANÇO DETALHADO POR OPERAÇÃO .....	23
<b>5. QUESTÕES DE AVALIAÇÃO .....</b>	<b>34</b>
5.1 QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES (ANEXO I) .....	34
5.2 QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELATIVAS À EXECUÇÃO DAS EDL (ANEXO II) .....	35
5.3 QUESTÃO DE AVALIAÇÃO RELATIVA AOS OBJETIVOS DA POLÍTICA DO TERRITÓRIO (ANEXO III) .....	36
<b>6. OUTRAS AVALIAÇÕES .....</b>	<b>36</b>
<b>7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>36</b>
7.1 ANÁLISE DOS FATORES DE SUCESSO E INSUCESSO DA EDL .....	36
7.2 RECOMENDAÇÕES BASEADAS NOS RESULTANTES DA AVALIAÇÃO .....	50

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DA EDL

### 1.1 LOCALIZAÇÃO (NUTS II, NUTS III, Concelho e Freguesia)

O território da DLBC PINHAL MAIOR 2020 está incluído exclusivamente numa única NUT II, a da região Centro, embora os concelhos de Mação, Sertã e Vila de Rei, pertençam à NUT III do Médio Tejo e Oleiros e Proença-a-Nova à NUT III Beira Baixa, conforme quadro 1. O território é o mesmo que o GAL Pinhal Maior tem como território de intervenção à mais de 20 anos, nomeadamente ou em particular durante a vigência dos programas Leader II, Leader + e PRODER.

Concelho	Freguesia	População (2011)	Rural	Superfície (Km <sup>2</sup> )	Fonte
Oleiros	Álvares	237	X	33,63	INE Censos 2011
Oleiros	Cambas	309	X	47,35	INE Censos 2011
Oleiros	Isna	209	X	27,58	INE Censos 2011
Oleiros	Madeirã	171	X	20,27	INE Censos 2011
Oleiros	Mosteiro	307	X	17,17	INE Censos 2011
Oleiros	Orvalho	678	X	34,79	INE Censos 2011
Oleiros	Sarnadas de São Simão	217	X	28,53	INE Censos 2011
Oleiros	Sobral	160	X	18,2	INE Censos 2011
Oleiros	Estreito-Vilar Barroo	1.011	X	93,51	INE Censos 2011
Oleiros	Oleiros-Amieira	2.422	X	143,64	INE Censos 2011
Proença-a-Nova	Montes da Senhora	748	X	33,73	INE Censos 2011
Proença-a-Nova	São Pedro do Esteval	527	X	60,96	INE Censos 2011
Proença-a-Nova	União das freguesias de Proença-a-Nova e Peral	4.969	X	169,43	INE Censos 2011
Proença-a-Nova	União das freguesias de Sobreira Formosa e Alvito da Beira	2.070	X	121,27	INE Censos 2011
Sertã	Cabeçudo	957	X	9,95	INE Censos 2011
Sertã	Carvalhal	465	X	9,84	INE Censos 2011
Sertã	Castelo	1.046	X	24,62	INE Censos 2011
Sertã	Pedrogão Pequeno	753	X	42,75	INE Censos 2011
Sertã	Sertã	6.196	X	81,71	INE Censos 2011
Sertã	Troviscal	864	X	54,06	INE Censos 2011
Sertã	Várzea dos Cavaleiros	820	X	32,88	INE Censos 2011
Sertã	União das freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais	3.625	X	101,84	INE Censos 2011
Sertã	União das freguesias de Cumeada e Marmeleiro	731	X	52,8	INE Censos 2011
Sertã	União das freguesias de Ermida e Figueiredo	423	X	42,68	INE Censos 2011
Vila de Rei	Fundada	638	X	36,29	INE Censos 2011
Vila de Rei	São João do Peso	204	X	12,95	INE Censos 2011
Vila de Rei	Vila de Rei	2.610	X	142,02	INE Censos 2011
Mação	Amêndoa	515	X	37	INE Censos 2011
Mação	Cardigos	1.086	X	71,34	INE Censos 2011
Mação	Carvoeiro	620	X	49,79	INE Censos 2011
Mação	Envendos	984	X	92,86	INE Censos 2011
Mação	Ortiga	590	X	15,95	INE Censos 2011
Mação	União das freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira	3.543	X	134,11	INE Censos 2011
<b>TOTAL</b>		<b>40.705</b>		<b>1.904,75</b>	



## 1.2 COMPOSIÇÃO DA PARCERIA

Denominação	Sector de Actividade (1)	N.º de Associados	Tipo de Entidade (2)	Natureza Jurídica	Sede Social
AFLOMAÇÃO - Associação Florestal do Concelho de Mação	Sivicultura, exploração florestal e atividades dos serviços relacionados	791	Associações e fundações privadas	Privada	Av. Eng.º Adelino Amaro da Costa, nº151 A, 6120-746 MAÇÃO
Agrivendense – Cooperativa Agrícola da Freg. de Envendos	Comércio por grosso e a retalho	550	Cooperativas	Privada	Rua Oriental, n.º 47, 6120-017 ENVENDOS
Agrupamento de Escolas da Sertã	Educação	NA	Administração Central	Pública	Escola Secundária da Sertã, Rua Prof. Doutor David Lopes, 6100-760 SERTÃ
Agrupamento de Escolas P. António de Andrade	Educação	NA	Administração Central	Pública	Rua dos Bombeiros Voluntários, nº 12, 6160 – 404 OLEIROS
AmarMação, Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	41	Associações e fundações privadas	Privada	Av. Eng.º Adelino Amaro da Costa, nº151, 6120-746 MAÇÃO
Associação Centro de Ciência Vila de Proença-a-Nova	Outros	3	Associações e fundações privadas	Privada	EN 241, Moitas, 6150-345 PROENÇA-A-NOVA
Associação Comer. e Indust. dos Concelhos de Oleiros, Mação, Sertã e Vila de Rei	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	170	Associações e fundações privadas	Privada	Av. Gonçalo Rodrigues Caldeira, 6100-732 SERTÃ
Associação de Caça e Pesca do Centro de Portugal	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	137	Associações e fundações privadas	Privada	EN 2, 6110-202 VILA DE REI
Associação de Produtores Florestais e Agrícolas do Concelho de Proença-a-Nova	Sivicultura, exploração florestal e atividades dos serviços relacionados	600	Associações e fundações privadas	Privada	Cj. de Edifícios da Câmara Municipal, 1.º B, 6150-522 PROENÇA-A-NOVA
Associação Desportiva e Cultural de Proença-a-Nova	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	800	Associações e fundações privadas	Privada	Largo Campo Senhora das Neves, 6150-527 PROENÇA-A-NOVA
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Sertã	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	2259	Associações e fundações privadas	Privada	Rua de Oleiros, 6100-750 SERTÃ
Associação Trilhos do Estreito	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	60	Associações e fundações privadas	Privada	Rua Pedro Vasques, n.º 49, 6160-115 ESTREITO

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Zona do Pinhal	Atividades financeiras	6992	Cooperativas	Privada	Praça da República, 31, 6100-740 SERTÃ
Carnes Simões, Lda	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	NA	Empresas	Privada	Rua de Proença-a-Nova, lote 1, Loja A/B, 6100-751 SERTÃ
Casa do Benfica de Vila de Rei	Outros	275	Associações e fundações privadas	Privada	Rua de Santo António, n.º 18, 6110-210 VILA DE REI
Centro de Dia "Família Dias Cardoso da Fundada"	Saúde e Ação Social	450	Associações e fundações privadas	Privada	Rua dos Carvalhais, s/n, 6110-016 FUNDADA
Centro Social S. Nuno de Santa Maria	Saúde e Ação Social	300	Associações e fundações privadas	Privada	Rua dos Pinheiros, n.º 42, 6100-266 CERNACHE DO BONJARDIM
Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa	Administração Pública	6	Administração Local	Pública	Palácio dos Viscondes de Portalegre - Apartado 22, 6001-909 CASTELO BRANCO
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	Administração Pública	13	Administração Local	Pública	Convento de São Francisco, Av. General Bernardo Faria, 2300-535 TOMAR
Conselho Local de Ação Social da Sertã	Saúde e Ação Social	44	Administração Local	Privada	Largo do Município, 6100-738 SERTÃ
Conselho Local de Ação Social de Mação	Saúde e Ação Social	39	Administração Local	Privada	Rua Padre António Pereira de Figueiredo, 6120-750 MAÇÃO
Conselho Local de Ação Social de Oleiros	Saúde e Ação Social	23	Administração Local	Privada	Praça do Município, 6160-409 OLEIROS
Conselho Local de Ação Social de Proença-a-Nova	Saúde e Ação Social	22	Administração Local	Privada	Avenida do Colégio, 6150-410 PROENÇA-A-NOVA
Conselho Local de Ação Social de Vila de Rei	Saúde e Ação Social	23	Administração Local	Privada	Praça Família Mattos e Silva Neves, 6110-154 VILA DE REI
Estrela da Beira, Lda.	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	NA	Empresas	Privada	Rua do Canto - Milreu, 6110-137 VILA DE REI
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra	Entidades do ensino superior	NA	Administração Central	Pública	Rua Sílvio Lima, Universidade de Coimbra – Pólo II, 3030-790 COIMBRA
Gabinete de Cultura, Juventude e Turismo de Vila de Rei	Outros	NA	Administração Local	Pública	Praça Família Mattos e Silva Neves, 6110-154 VILA DE REI
Gabinete de Turismo da Sertã	Outros	NA	Administração Local	Pública	Largo do Município, 6100-738 SERTÃ
Gabinete de Turismo de Mação	Outros	NA	Administração Local	Pública	Rua Padre António Pereira de Figueiredo, 6120-750 MAÇÃO
Gabinete de Turismo de Oleiros	Outros	NA	Administração Local	Pública	Praça do Município, 6160-409 OLEIROS

Gabinete de Turismo de Proença-a-Nova	Outros	NA	Administração Local	Pública	Avenida do Colégio, 6150-410 PROENÇA-A-NOVA
Horizontes do Pinhal, Lda.	Outros	NA	Empresas	Privada	Rua Santa Cruz, 150, 6150-125 PROENÇA-A-NOVA
Instituto Politécnico de Tomar	Entidades do ensino superior	NA	Administração Central	Pública	Quinta do Contador – Estrada da Serra, 2300-313 TOMAR
Instituto Profissional da Sertã, Lda	Educação	NA	Empresas	Privada	Abegoaria, 6100-601 SERTÃ
Município da Sertã	Administração Pública	NA	Administração Local	Pública	Largo do Município, 6100-738 SERTÃ
Município de Mação	Administração Pública	NA	Administração Local	Pública	Rua Padre António Pereira de Figueiredo, 6120-750 MAÇÃO
Município de Oleiros	Administração Pública	NA	Administração Local	Pública	Praça do Município, 6160-409 OLEIROS
Município de Proença-a-Nova	Administração Pública	NA	Administração Local	Pública	Avenida do Colégio, 6150-410 PROENÇA-A-NOVA
Município de Vila de Rei	Administração Pública	NA	Administração Local	Pública	Praça Família Mattos e Silva Neves, 6110-174 VILA DE REI
Museu de Arte Pré-Histórica de Mação	Outros	NA	Administração Local	Pública	Largo Infante D. Henrique, 6120-725 MAÇÃO
Pinhal Total	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	1500	Associações e fundações privadas	Privada	Praça do Município, 14, 6160-409 OLEIROS
Rustiventur - Construção e Organização de Eventos & Turismo, Lda.	Outros	NA	Empresas	Privada	Rua Santa Cruz, n.º 2, 6150-424 PROENÇA-A-NOVA
Santa Casa da Misericórdia de Oleiros	Saúde e Ação Social	500	Associações e fundações privadas	Privada	Rua da Misericórdia, nº 20, 6160-413 OLEIROS
Santos & Marçal, Lda.	Outros	NA	Empresas	Privada	Santo Amaro, 6100-730 SERTÃ
SerQ - Centro de Inovação e Competências da Floresta	Sivicultura, exploração florestal e atividades dos serviços relacionados	3	Associações e fundações privadas	Privada	Zona Industrial da Sertã, lote 3, 6100-711 Sertã
Sociedade Filarmónica Oleirense	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	600	Associações e fundações privadas	Privada	Rua da Misericórdia, nº 20, 6160-413 OLEIROS
Trilhos do Zêzere, Lda.	Outros	NA	Empresas	Privada	Rua José Tavares, n.º 33 e 35, 6100-561 PEDROGÃO PEQUENO
Turismo do Centro de Portugal	Administração Pública	NA	Administração Central	Pública	Rua João Mendonça, 8 3800-200 AVEIRO

h

Vilarregense FC	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	420	Associações e fundações privadas	Privada	Largo Eugénio Tavares Ribeiro, 6110-205 VILA DE REI
Vilreiovo, Lda.	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	NA	Empresas	Privada	Lavadouro, 6110-132 VILA DE REI



## **2. INTRODUÇÃO**

### **2.1 IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO DO TRABALHO E DA SUA RELEVÂNCIA**

O trabalho de avaliação é considerado pelo GAL Pinhal Maior como uma atividade permanente e para a qual contribui toda a produção quotidiana de documentos e evidências. A sua sistematização e análise assumem-se, porém, como uma tarefa exigente e, apesar da metodologia a aplicar já se encontrar definida, a sua implementação para obtenção de conclusões não tem encontrado o tempo e espaço próprios, derivado da pequena dimensão da estrutura técnica e do crescente aumento da quantidade de trabalho e do grau de exigência e responsabilidade que envolve.

Trata-se de uma ação indispensável para a avaliação do percurso percorrido e a percorrer, de acordo com o definido ou suscitando os devidos reajustamentos, exige uma maior atenção e cuidado redobrado, sendo que se pretende que o trabalho a produzir mais do que um mero relatório que cumpre as exigências programáticas, se identifique como uma verdadeira ferramenta de apoio para a implementação do DLBC Pinhal Maior 2020.

Considera-se que alguns pontos do presente documento se interligam muito com a informação do Relatório de Execução Anual de 2018.

### **2.2 EXPLICAÇÃO BREVE DA METODOLOGIA SEGUIDA PARA O DESENVOLVER**

Trata-se de um procedimento que nos permite uma maior aproximação e mais aprofundado conhecimento da nossa realidade e nos serve para definir ou redefinir orientações estratégicas, estabilizar procedimentos e aferir condutas e ainda preparar o futuro do território e do GAL Pinhal Maior, que assumiu como pertinente o desenvolvimento a aplicação de inquéritos, enunciados no Anexo III do ponto 5.3.

### **2.3 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS CAPÍTULOS QUE O CONSTITUEM**

Serão abordados nos pontos seguintes, os dados e a informação existente à presente data, apresentando uma metodologia instituída e a implementar no processo de avaliação, tendo em conta as questões de avaliação obrigatórias solicitadas pelas AG, relatando todos os fatores de sucesso e insucesso e pistas de atuação.

### 3. CONTEXTO DA EDL

#### 3.1 BREVE INFORMAÇÃO CONTEXTUAL

O envolvimento das entidades locais neste processo procurou assegurar uma participação o mais ampla possível, bem evidente no número e tipologias de entidades envolvidas e no número de contributos temáticos acolhidos.

Também no âmbito da avaliação, o envolvimento da comunidade local e dos agentes representativos do território nos processos de diagnóstico, definição de estratégias e tomadas de decisão foi dada continuidade à realização de reuniões e encontros preparatórios de informação e pedagogia para o projeto, perspetivando a o esclarecimento e/ou encaminhamento e/ou preparação dos potenciais beneficiários e o conhecimento do universo de intenções, assim foram realizadas:

- 276 reuniões presenciais/atendimentos personalizados com promotores para informação sobre os incentivos disponíveis; concursos a decorrer e a pedagogia para conceção de projetos;
- 508 consultas por via eletrónica;
- e ainda um número elevado de atendimentos telefónicos, os quais não são porém contabilizados. Ainda neste contexto a Pinhal Maior disponibiliza no seu site institucional uma Ficha de Intenção de Investimento, a qual se trata de uma ferramenta de apoio on-line que permite o registo de ideias, projetos e intenções de investimento para todos os promotores que se pretendam candidatar a apoios no âmbito do DLBC Rural Pinhal Maior 2020.

Reuniões de preparação, organização e realização de iniciativas em parceria, no âmbito da implementação da Estratégia (projetos de Animação, Sensibilização e Cooperação) Perspetivando a implementação do DLBC no território, a Equipa Técnica da Pinhal Maior participou em: Reuniões de trabalho preparatórias a candidaturas comuns; Fóruns e Sessões diversas, entre outros e no Acordo de Parceria GAL da RC.

Realização de Sessões Informação para divulgação dos projetos, programas e incentivos e esclarecimento aos potenciais investidores:

- 21 Sessões públicas para divulgação do DLBC e Incentivos.

#### 3.2 BREVE INFORMAÇÃO SOBRE OS OBJETIVOS E PRIORIDADES DA ESTRATÉGIA

No atual período de programação, a Pinhal Maior pretende continuar a aplicar a abordagem LEADER na sua zona de intervenção, através do DLBC Rural, uma vez que os resultados alcançados permitiram promover a melhoria da qualidade de vida e estimular a prosperidade económica da região.



De acordo com o diagnóstico realizado junto dos parceiros locais, que incluiu a auscultação de entidades públicas e privadas, de alguns especialistas na área do desenvolvimento rural, cruzado com a análise SWOT do território, o objetivo geral foi definido da seguinte forma:

Contribuir para o desenvolvimento do meio rural, respeitando os princípios LEADER, num território com grande potencial de produtos e serviços de qualidade, numa envolvente de áreas naturais.

Para alcançar este objetivo de carácter mais geral, foi definida a estratégia de desenvolvimento, tendo em atenção as condições socioeconómicas do território, as características edafoclimáticas, os recursos patrimoniais naturais e edificados, a situação geoestratégica e os dados culturais. Na formulação da estratégia foram consideradas as vantagens competitivas do território, a reorientação face a novas oportunidades, a necessidade de superar vulnerabilidades e a sustentabilidade económica.

Acresce mencionar que a definição da estratégia passou pelo respeito dos princípios LEADER, pretendendo-se que se mantenha um processo aberto e dinâmico, em consonância com a vontade das populações do território, através do diálogo com as entidades representativas dos vários sectores.

Consequentemente foram definidas como medidas essenciais:

Reforço da economia e criação de emprego através de:

- Valorização dos produtos e serviços de qualidade da região do Pinhal;
- Desenvolvimento do turismo e serviços complementares em meio rural e natural.

Melhoria da qualidade de vida pela:

- Conservação e valorização do Património ambiental, paisagístico, natural e cultural;
- Qualificação e aumento do bem-estar da população.

Elaborada numa perspetiva integradora do desenvolvimento rural do Pinhal, a estratégia foi delineada com os seguintes fundamentos:

Criar uma marca para o Pinhal.

Os seus produtos e serviços rurais desenvolvem-se em rede e são complementares:

Hortofrutícolas, vinho, agroalimentares;

Artesanato;

Floresta;

Turismo rural e natural.

Os seus espaços naturais encontram-se projetados e geridos em rede:

Rio Zêzere;

Rio Tejo;

O papel dos atores locais, nomeadamente dos agricultores é fundamental para a gestão e sustentabilidade do meio rural.

Tendo em conta o exposto anteriormente e articulando com as principais tipologias de investimento e elencadas no PDR 2020 e no PO Centro 2020 para os DLBC Rurais, foram definidas quatro grandes eixos prioritários de intervenção estratégica, sendo que dois aparecem entreligados:

### 1. Ambiente e Floresta

Serão apoiadas ações que visem a promoção da gestão florestal sustentável, através da conservação dos recursos naturais e valorização do ambiente e dos espaços florestais e agroflorestais: Melhoramento e valorização dos produtos florestais; Investigação direcionada para a produtividade; Controlo de pragas e doenças, em especial do pinheiro bravo; Defesa contra incêndios assumindo a silvo-pastorícia uma enorme importância; Investigação e desenvolvimento de espécies para energias renováveis – utilização da biomassa florestal e de outras culturas para aproveitamento energético; Desenvolvimento de novas técnicas de gestão na exploração agroflorestal.

Deve ser promovida a pesca tradicional, sendo o peixe na região um produto emblemático de grande qualidade que está fortemente enraizado nas tradições culturais. Isto é comprovado pela sua forte presença na gastronomia local e pela influência que exerce sobre algumas festividades como é o caso do Festival da Lampreia, o Festival do Peixe (Mação) e Festival do Achigã (Vila de Rei). Deve-se apoiar também a revitalização das zonas ribeirinhas, que constituem espaços para o recreio e lazer que importa aproveitar.

### 2. Produtos Locais e Empregabilidade

Apostando na diversificação e diferenciação do desenvolvimento da região foram definidas quatro dimensões estratégicas para o desenvolvimento rural. A sua articulação vai promover a eficiência económica, a equidade social e territorial, a qualidade patrimonial e ambiental.

#### Agroalimentares

A produção de azeite constitui um sector agroindustrial relevante em toda região do Pinhal, pois possui características organolépticas únicas devido às condições edafoclimáticas desta região e a espécie de oliveira dominante é a galega.

Os enchidos e presuntos são produtos produzidos por micro e pequenas empresas nos concelhos de Mação e Vila de Rei e corresponde a 75% do presunto produzido em Portugal.

O Queijo de Cabra, assume-se como um dos produtos de qualidade do território, apresentando um peso económico relevante nos concelhos da sua área geográfica de produção: Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei.

O mel é produzido em todo o TI, mas essencialmente nos concelhos de Mação, Proença-a-Nova e Vila de Rei, uma vez que estas zonas apresentam enorme riqueza florística com interesse apícola.

Os produtos agropecuários assumem particular importância nos concelhos de Proença-a-Nova e Sertã.



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014-2020



PORTUGAL  
2020



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural  
A Europa investe nas Zonas Rurais

O pão e a doçaria regional são produzidos em todo o território apresentando diferenças na forma de produção conforme as freguesias de onde provêm, reflexo da riqueza das tradições dos territórios rurais e da cultura gastronómica da região.

#### Hortifruticultura e vitivinicultura

Possibilidade de desenvolvimento de um projeto de fileira, devido à aptidão para a generalidade dos hortícolas e para os frutícolas onde se destacam: a cereja, o limão e o medronho.

A Fileira de Produtos de Qualidade inclui a agricultura biológica, que deve ser incentivada no nosso território, merecendo da nossa parte todo o apoio necessário.

Através da sua componente de animação territorial a Pinhal Maior pretende incentivar o desenvolvimento destes sectores em parceria com as diversas entidades locais, nomeadamente Organizações de Produtores. Será definido em conjunto um documento onde conste a forma de articulação entre os vários parceiros.

O Pinhal possui alguns vinhos de qualidade, devido às condições edafoclimáticas, à diferenciação da oferta e à boa relação qualidade/preço, esta apresenta-se uma área com inúmeras vantagens competitivas e potencial de desenvolvimento.

No entanto, existe um conjunto de pequenos vitivinicultores, que apresentam inúmeras vulnerabilidades, face a um contexto socioeconómico desfavorável e que necessita de incentivos para a manutenção e revitalização da atividade.

#### c) Turismo

Ao nível do turismo, o território apresenta uma oferta variada nalguns serviços, nomeadamente restauração e hotelaria, com necessidade de articulação com outros recursos territoriais, como seja o vinho e o turismo ativo e a criação de serviços complementares, por exemplo, postos de turismo e empresas de animação cultural, essenciais para a estruturação de produtos turísticos integrados.

Baseado nos recursos do território e nas suas vantagens competitivas, a estratégia passa pelo desenvolvimento rural assente em Rotas, Festivais e Produtos locais, com uma aposta forte no turismo de estadia de curta duração, devido à proximidade de territórios emissores de visitantes.

#### d) Artesanato

O artesanato é outra das atividades tradicionais com forte implantação no território. De acordo com a localização e os recursos disponíveis, os artesãos dos vários concelhos aperfeiçoaram artes e ofícios que espelham a riqueza rural e cultural. A influência do rio Tejo no concelho de Mação, originou as miniaturas de barcos tradicionais, sendo a olaria outra das atividades existentes. Especificamente no concelho do Oleiros, a cortiça revelou-se como uma matéria-prima para a criação de artefactos rurais. O linho é transversal a todo o território, mas com especial incidência nos concelhos de Oleiros e da Sertã.

A cestaria é por sua vez uma atividade com bastante importância nos concelhos de Vila de Rei e Proença-a-Nova.

### 3. Coesão Social e Qualidade de Vida

Este eixo pode ser desagregado em duas áreas:

#### a) Património

O território apresenta uma herança cultural extremamente rica que passa pela existência de inúmeros monumentos e museus, bem como pela realização de diversos eventos anuais ligados às tradições da região.

No entanto observa-se que grande parte dos monumentos de índole rural necessitam de uma recuperação e refuncionalização, bem como de sinalética que auxilie o visitante a compreender a sua história e função.

Por outro lado a região é bastante rica em feiras, festas e romarias que atraem inúmeros turistas e estimulam a identidade local da população.

Torna-se vital para a preservação das tradições ancestrais o envolvimento das populações rurais detentoras de saberes-fazer únicos, normalmente idosos, que marcam a história e a identidade da região diferenciando-a de outras.

#### b) Ação Social

Há que apostar no apoio a serviços de proximidade que contribuam para a melhoria da qualidade de vida destas populações.

Nesta perspetiva, a estratégia da Pinhal Maior, através da articulação de diversos Programas Comunitários e com implementação de projetos diversificados, exige mecanismos que assegurem a sua profunda integração territorial, articulando a transversalidade das ações e garantindo a coerência entre políticas, de modo a permitir o desenvolvimento harmonioso do Pinhal.

A aposta em iniciativas que visem a responsabilidade social, o aumento da qualidade de vida das populações, a formação vocacionada para as pessoas e também para o mercado, o empreendedorismo social, a inclusão social, o combate ao isolamento e a melhoria do acesso das populações aos serviços sociais constituem uma aposta do GAL para o território.

### 3.3 COERÊNCIA E PERTINÊNCIA DA ESTRATÉGIA

A EDL permanece adequada nas suas grandes linhas estratégicas aos propósitos delineados. Não obstante, no decorrer do processo de avaliação contínua, em que terá ações específicas de avaliação será aferida a sua coerência.



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014-2020



PORTUGAL  
2020



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural  
A Europa Investe nas Zonas Rurais

### 3.4 DISPOSIÇÕES DE GESTÃO E DE ACOMPANHAMENTO DA ESTRATÉGIA

O acompanhamento e a monitorização permanente dos projetos aprovados e a garantia do cumprimento dos objetivos e metas definidos na EDL serão levados a cabo pela ETL, através de:

- Reuniões de trabalho e de contatos com os beneficiários;
- Realização de visitas técnicas;
- Análise aos documentos de despesa;
- Avaliação dos relatórios de execução/encerramento.

Os mecanismos de acompanhamento e monitorização dos projetos possibilitam-nos identificar alguns desvios e assim efetuar alterações que possam levar à sua reprogramação.

Durante a execução da EDL estão previstos os seguintes mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação:

#### **Avaliação interna**

##### **Elaboração de relatórios de avaliação anual a aprovar pela Assembleia Geral de Parceiros**

No final de cada ano será realizado o Relatório Anual de Avaliação, o qual apresentará de forma clara e sucinta a informação sobre os projetos aprovados, os pedidos de pagamento e os resultados alcançados, por forma a avaliar os resultados e metas traçados, podendo introduzir alterações na intervenção da parceria e/ou na EDL.

##### **Comissão de Acompanhamento Estratégico**

A Comissão de Acompanhamento Estratégico reunindo, no mínimo com a periodicidade anual, para apreciar e emitir parecer sobre o Relatório de Execução Anual, e sempre que o órgão de Gestão peça para se pronunciar e emitir pareceres sobre assuntos relacionados com o acompanhamento e a avaliação da EDL. A sua opinião é de grande relevância na medida em que deverá certificar o acompanhamento e a monitorização da EDL ao longo da sua execução.

#### **Avaliação externa**

Para certificar a consistência dos resultados e metas definidos, serão realizadas uma avaliação intermédia e uma avaliação final, para assim ponderar a necessidade de introduzir alterações na parceria ou na EDL.

As avaliações externas serão efetuadas com recurso a avaliadores independentes e credenciados para o efeito em dois momentos:

1º em 2018 – avaliação intermédia – esta avaliação será realizada através da emissão de um parecer por um avaliador externo, o qual recairá sobre os relatórios anuais de execução de 2015, 2016 e 2017;

2º em 2021 – avaliação final - consiste na elaboração de um estudo avaliação externo, que se baseará na recolha de informação junto de promotores e da parceria, bem como de outras fontes externas à parceria.

### Seminários de apresentação pública das avaliações externas

Após a realização das avaliações externas serão realizados seminários de disseminação dos resultados, de forma a refletir sobre os resultados e as medidas a tomar para a prossecução dos objetivos da EDL.

Tanto na avaliação interna como externa irão ser submetidas regularmente a um sistema dito de – “SAP – sistema de aquisição de competências, pela auto avaliação participada e assistida” – cujas características nos permitimos apresentar sucintamente.

## 4. EXECUÇÃO DA EDL

### 4.1 CONTRIBUTOS DAS OPERAÇÕES NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA PARA O CUMPRIMENTO DOS SEUS OBJETIVOS

#### Ação 10.2. Implementação das Estratégias

Matriz de Enquadramento Lógico

Objectivo	Indicador	Tipo de Indicador	Executado	Meta Intercalar 2018	% (h/I)	Meta 2013	% (h/K)	Medida	
A	Contribuir para a criação de emprego e de uma cultura empresarial de base local		0						
A1	Apoiar o Desenvolvimento da Pequena Agricultura	Nº Projetos apoiados	Realização	5	12	41,6667	27	18,5185	10.2.1.1
A1	Apoiar o Desenvolvimento da Pequena Agricultura	Nº Empregos criados	Resultado	2	0		0		10.2.1.1
A1	Apoiar o Desenvolvimento da Pequena Agricultura	Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	5	12	41,6667	27	18,5185	10.2.1.1
A2	Apoiar o investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	Nº Projetos apoiados	Realização	3	4	75	10	30	10.2.1.2
A2	Apoiar o investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	Nº Empregos criados	Resultado	1	4	25	10	10	10.2.1.2
A2	Apoiar o investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	3	4	75	10	30	10.2.1.2
A3	Fomentar a diversificação de atividades na exploração agrícola	Nº Projetos apoiados	Realização	1	2	50	5	20	10.2.1.3
A3	Fomentar a diversificação de atividades na exploração agrícola	Nº Empregos criados	Resultado	0	2	0	5	0	10.2.1.3
A3	Fomentar a diversificação de atividades na exploração agrícola	Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	1	2	50	5	20	10.2.1.3
A4	Incentivar a criação de cadeiras curtas e mercados locais	Nº Projetos apoiados	Realização	0	1	0	2	0	10.2.1.4
A4	Incentivar a criação de cadeiras curtas e mercados locais	Nº Empregos criados	Resultado	0	1	0	2	0	10.2.1.4
A4	Incentivar a criação de cadeiras curtas e mercados locais	Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	0	1	0	2	0	10.2.1.4
B	Promover a gestão sustentável do território valorizando os recursos endógenos e fortalecendo laços de identidade local		0						
B1	Promover os produtos locais de qualidade	Nº Projetos apoiados	Realização	0	2	0	5	0	10.2.1.5
B1	Promover os produtos locais de qualidade	Nº Empregos criados	Resultado	0	0		0		10.2.1.5
B1	Promover os produtos locais de qualidade	Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	0	2	0	5	0	10.2.1.5
B2	Fomentar a preservação, conservação e valorização de património rural	Nº Projetos apoiados	Realização	0	1	0	3	0	10.2.1.6
B2	Fomentar a preservação, conservação e valorização de património rural	Nº Empregos criados	Resultado	0	1	0	2	0	10.2.1.6
B2	Fomentar a preservação, conservação e valorização de património rural	Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	0	0		0		10.2.1.6

### Análise, aprovação e contratação - Acumulado

Operações PDR 2020	Acumulado																							
	Candidaturas apresentadas			Candidaturas decididas			Candidaturas analisadas			Candidaturas decididas			Projetos contratados				Projetos pagos				Projetos encerrados			
	Nº	Investimento (mil euros)		Nº	Investimento (mil euros)		Nº	Investimento (mil euros)		Nº	Investimento (mil euros)		Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
10.2.1.1	65	1.826,59	7	98,55	20	664,12	1	56,24	1	29,77	12	404,78	11	362,87	120,73	108,68	5	115,36	50,79	45,72	1	44,20	19,07	17,17
10.2.1.2	18	2.058,19	0	0,00	15	1.624,73	1	258,12	0	0,00	6	384,62	6	384,62	139,15	125,24	3	107,78	39,58	35,62	1	21,53	7,88	7,09
10.2.1.3	4	683,81	1	199,04	3	487,77	0	0,00	0	0,00	3	487,77	3	487,77	147,19	132,47	1	56,35	20,00	18,00	0	0,00	0,00	0,00
10.2.1.4	1	179,20	0	0,00	1	179,20	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
10.2.1.5	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
10.2.1.6	5	368,43	0	0,00	3	368,43	0	0,00	0	0,00	4	286,20	4	286,20	119,63	107,71	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
TOTAL	93	4.835,96	8	292,57	44	3.324,25	4	312,36	1	29,77	25	1.563,17	24	1.521,86	527	474,10	9	279,62	110,37	99,34	2	65,73	26,95	24,29



## Execução Financeira

A 31 de Dezembro de 2018 foram submetidos 7 pedidos de pagamento referente às operações 10.2.1.1, 10.2.1.2 e 10.2.1.3, no montante de 250,53mil euros. Em que foram encerrados 2 projetos, sendo 1 operação 10.2.1.1 e outro da operação 10.2.1.2, num montante de 65,73 mil euros.

## Metas e Indicadores

Metas e Indicadores										
	População abrangida	Dotação (Mil euros)	Investimento Total (Mil euros)	Nº projectos apoiados 2018	Nº projectos apoiados 2023	Nº de beneficiários /explorações apoiados 2018	Nº de beneficiários /explorações apoiados 2023	Nº de empregos criados 2018	Nº de empregos criados 2023	
	40.705									
10.2.1.1	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	337,50	675,00	12	27	12	27	0	0	
10.2.1.2	Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	850,50	1 890,00	4	10	4	10	4	10	
10.2.1.3	Diversificação de atividades na exploração agrícola	303,89	675,31	2	5	2	5	2	5	
10.2.1.4	Cadeias curtas e mercados locais	114,76	229,52	1	2	1	2	1	2	
10.2.1.5	Promoção de produtos de qualidade locais	459,04	918,09	2	5	2	5	0	0	
10.2.1.6	Renovação de aldeias	229,52	459,04	1	3	0	0	1	2	
<b>TOTAL</b>	<b>40.705</b>	<b>2.295,21</b>	<b>4.846,96</b>	<b>22</b>	<b>52</b>	<b>21</b>	<b>49</b>	<b>8</b>	<b>19</b>	

## Indicadores comuns e de monitorização

A 31 de Dezembro de 2018 ao nível das metas e indicadores da Medida 10 temos um acumulado, na operação 10.2.1.1 foram 14 projetos aprovados, mas desistiram 2 e outro foi anulado pela AG PDR2020 por não ter atualizado o parcelário em sede de contratação, restando 11 projetos contratados. No início de 2019 foi contratada mais 1 candidatura nesta operação, perfazendo 12 contratadas. Na operação 10.2.1.2 foram aprovados 6 projetos e foram todos contratados. Na operação 10.2.1.3 foram aprovados 3 projetos e foram todos contratados. Na operação 10.2.1.4 foi analisada uma candidatura, mas só foi aprovada e contratada no início de 2019. Na operação 10.2.1.5 não foi apresentada nenhuma candidatura e na operação 10.2.1.6 foram apresentadas e analisadas 5 candidaturas, tendo sido aprovadas e contratadas 4 candidaturas e tendo ficado 1 candidatura sem dotação, em que foi solicitado pelo órgão de Gestão o reforço do concurso à Gestora do PDR2020.

Podemos dizer que os resultados alcançados no início de 2019 em relação ao programado até 31 de dezembro de 2018, foram todos alcançados exceto na operação 10.2.1.5, tendo em conta que o território não possui produtos que se enquadrem nesta operação, motivo de não tendo havido candidaturas nesta operação.

Relativamente ao SI2E Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego a dotação comprometida ronda os 18,6% no âmbito do FSE, já no FEDER a taxa encontra-se nos 141%.

Prioridade de investimento	Fundo	Eixo/Medida do Programa de Acção	Dotação orçamental	Dotação comprometida	%
09.06 - Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	FSE	Apoio ao emprego e ao autoemprego	1.073.167,56	200.369,80	18,6%
		TOTAL	1.073.167,56	200.369,80	
09.10 - Investimento no contexto de Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	FEDER	Investimentos de pequena dimensão e criação de pequenas e médias empresas	662.833,95	938.811,04	141%
		(€25.000 aos € 100.000,00)	TOTAL	1.736.001,51	1.139.180,84

#### 4.2 INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS PARCEIROS NA EXECUÇÃO DA EDL

A Pinhal Maior até 2018 deu continuidade e ajudou a construir um cenário de abrangência e atuação, numa perspetiva de consolidação da identidade do território e adequação da estratégia, meios e recursos afetados num trabalho de grande interligação entre a equipa técnica, o quadro associativo e as comunidades, na generalidade.

Seguindo a experiência adquirida desde 1996 na gestão das Iniciativas Comunitárias LEADER II, LEADER + e Eixo LEADER do PRODER- Programa de Desenvolvimento Rural, a Pinhal Maior incutida desta inspiração e propósito, concentrou-se na implementação do DLBC-Desenvolvimento Local de Base Comunitária criando os meios necessários à materialização da EDL- Estratégia de Desenvolvimento Local no seu território de intervenção e em parceria com os seus associados, conforme se especifica noutros pontos deste relatório.

Realizaram-se cerca de quatro assembleias gerais onde se refletiu e discutiu em parceria e aprovou os dois relatórios anuais monitorização e avaliação contando com a participação de cerca de 150 participantes no total.

#### 4.3 INFORMAÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO DO GAL

Relativamente às Ações de Funcionamento e Animação e no Aviso para a Capacitação Institucional nas Parcerias Territoriais e Sectoriais da EDL- Estratégia de Desenvolvimento Local e, não obstante a inexistência de verbas alocadas para implementação da sua maioria, a entidade seguiu com a sua ação no território organizando, desenvolvendo e participando em atividades diversas de animação territorial. Foram implementadas iniciativas, algumas das quais organizadas e concretizadas em cooperação com entidades parceiras locais e regionais, no sentido de potenciar os recursos existentes – francamente reduzidos – ganhando escala ao nível da visibilidade e impacto e como estratégia de interação e articulação na dinamização do território. O ano foi marcado pela candidatura “Bioberço da Lusitânia” e pelo impacto deste projeto para o território. Em sequência, muitas ações de animação se centraram nesta temática, não descurando contudo todas as valências da Pinhal Maior no seu papel de Grupo de Ação Local, constituem exemplos das principais ações de animação realizadas, em 2016-2018, as seguintes:

- Participação nas Feiras dos 5 concelhos pertencentes ao território de intervenção;
- Participação em feiras nacionais e internacionais e outros eventos em parceria com as 2 Comunidades Intermunicipais;
- Participação em feiras e outros eventos nacionais e internacionais em parceria com os GAL nacionais e a Federação Minha Terra;
- Organização e divulgação de sessões com os parceiros da DLBC, afim de divulgar as Medidas do DLBC e de outros programas geridos pelo GAL como por exemplo o Fundo Ambiental.

#### 4.4 INFORMAÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA LEADER ATRAVÉS DO MECANISMO DE EXECUÇÃO DA EDL

A abordagem LEADER compreende a aplicação combinada de sete princípios/características que se complementam e interagem entre si ao longo de todo o processo de definição e de implementação das estratégias de desenvolvimento local: a parceria local, a abordagem ascendente, a abordagem territorial com a integração plurissetorial, o trabalho em rede, a cooperação interterritorial (incluindo a transnacional), e a inovação.

- Constituição de parcerias público-privadas locais (GAL), representativas do território e do seu tecido económico e social. Estas parcerias, organizadas no sentido ascendente, conduzem o processo de desenvolvimento de forma participativa e sem que qualquer grupo sectorial privado ou entidade pública tenha maior peso nos processos de tomada de decisão;
- Definição de estratégias de desenvolvimento territorial, multissetoriais e orientadas para territórios específicos, de forma a promover e (re) ligar o potencial de desenvolvimento local nos mais diversos sectores para dar resposta a necessidades particulares desses territórios e das suas populações.
- Ligação em rede entre todos os atores do território de intervenção e entre GAL é um fator importante para reforçar o objetivo comum de desenvolvimento dos territórios abrangidos pelas EDL.
- Cooperação entre os GAL e outras entidades públicas e privadas, no sentido de se estabelecer uma base sólida para a transferência de conhecimentos e o intercâmbio de experiências e projetos conjuntos com outras parcerias de desenvolvimento e redes de maior alcance (do mesmo Estado Membro, da UE ou fora desta).
- Inovação, enquanto objetivo transversal para o desenvolvimento do território do GAL. Isto significa que, na implementação da EDL, espera-se que soluções inovadoras, para além dos benefícios diretos que acarretam para o território, promovam a participação da população local, a qualidade da cooperação, e a implementação mais eficaz da EDL.

A avaliação do valor acrescentado do LEADER no capital social e no sistema de governação é extremamente importante porque, embora estes alcances não estejam explicitados na EDL, ocorrem e podem, inclusive, fazer a diferença na mobilização do potencial endógeno, no reforço da economia local e na criação de projetos de investimento e de empregos sustentáveis. O capital social gerado pelo LEADER pode ter um grande impacto em áreas diferentes do desenvolvimento rural: afeta a prestação de serviços, regenera as perspetivas de desenvolvimento agrícola, influencia a expansão das empresas privadas, melhora a gestão de recursos naturais e edificados, ajuda a melhorar a oferta de formação / capacitação, pode compensar as carências existentes na oferta de serviços públicos/administração pública e melhora a governação local. De uma forma geral, pode ajudar a aliviar a pobreza e a exclusão social. Todos estes efeitos são difíceis de capturar com métodos quantitativos, pelo que, o uso de abordagens de avaliação mistas, com predominância de abordagens qualitativas, é mais apropriado. Assim, no que se refere à avaliação, e no que se refere ao capital social, a abordagem LEADER tem um efeito dinamizador sobre:

- O estabelecimento/aumento de relações de confiança mútua (entre a ETL e os parceiros, entre os parceiros, entre os potenciais beneficiários e beneficiários e o GAL, entre o GAL e a RRN, o OP, a AG, etc)
- A sensibilidade para a identidade local e a sua imagem ou reputação (das comunidades, dos recursos naturais e edificados, dos produtos, etc).
- O estímulo para o envolvimento no desenvolvimento local, nomeadamente, da geração mais jovem.
- A capacidade de absorção dos apoios públicos por projetos inovadores.
- A mudança de atitudes e comportamentos e relações entre atores locais no sentido de um entendimento comum quanto às perspetivas futuras do território de intervenção.
- A mudança nas rotinas das organizações, das redes de trabalho e nas redes de cooperação, no sentido de uma maior proximidade com as comunidades locais (sistema de governação).
- A densidade de interações entre atores locais e também com parceiros institucionais em diferentes níveis de tomada de decisão (sistema de governação).
- A capacidade dos atores locais de se ligarem e/ou organizarem em parcerias, redes, grupos de interesse e solidariedade (sistema de governação).
- A capacidade de interagir e de negociar com o sistema multinível de governança regional e nacional (sistema de governação). Um dos objetivos do LEADER é reunir as organizações públicas, privadas e civis como um mecanismo de governação local. Uma perspetiva de governança inclui questões de legitimidade relacionadas com o funcionamento e o mecanismo de execução do GAL (recursos financeiros e humanos – inputs), nomeadamente, como os membros para a parceria são selecionados ou como os procedimentos para as tomadas de decisões são definidos (por exemplo., ao nível da aprovação de projetos).

Assim, as questões de avaliação, através dos seus critérios de avaliação, poderão explorar variadíssimos elementos, nomeadamente os seguintes:

- O envolvimento de diferentes atores, nomeadamente, os atores não públicos.
- O mecanismo de execução que funciona num contexto plurifundos, o qual exige uma grande capacidade administrativa, mas também relações de governança verticais e horizontais.
- A cooperação e o trabalho em rede, que deve resultar de uma escolha racional, tendo em conta os objetivos da EDL (com efeito, a qualidade da cooperação no GAL pode tornar-se um critério para medir o aumento do capital social, na medida em que o GAL pode assumir uma posição central como agente de desenvolvimento no seu território de intervenção).
- O “poder” associado à intervenção do GAL, sendo que os parceiros públicos terão sempre um papel especial a desempenhar. No entanto, tem de ser ter em conta que o “poder” não é apenas uma atribuição formal, podendo ser adquirido através da posição de um ator na rede social.

Com o aumento do capital e a melhoria do sistema de governação, espera-se também uma melhoria dos resultados (tangíveis e intangíveis) sobre os beneficiários e sobre os não beneficiários, e a população rural (neste caso ao nível do impacto), decorrentes das intervenções apoiadas pela EDL. Por exemplo, o

investimento no desenvolvimento de produtos turísticos pode originar investimentos adicionais neste sector por parte de não beneficiários e mudanças da cultura empresarial na área do turismo. Estes efeitos deveriam ser avaliados também, no entanto, mesmo que possam ser identificados, dificilmente serão mensuráveis.

Neste contexto, o valor acrescentado do LEADER deve manifestar-se ao nível do projeto. De acordo com as conclusões do relatório do Tribunal de Contas Europeu, o método LEADER deve ser utilizado para apoiar projetos que diferem dos projetos convencionais ao abrigo de outras medidas do PDR- Programa de Desenvolvimento Rural, ou seja, o sucesso da abordagem LEADER depende da valia de cada projeto apoiado, tendo presente a sua capacidade para mobilizar os recursos financeiros para o processo de desenvolvimento. Isto significa que cada operação apoiada deve contribuir claramente para os objetivos da EDL, mas também incorporar as características do LEADER (por exemplo, envolvimento de mais atores do que os beneficiários diretos, complementaridades e sinergias com outros projetos).

Em suma, uma boa implementação da EDL não se traduz apenas no apoio a bons projetos e os bons projetos nem sempre garantem o sucesso da EDL. O valor acrescentado do LEADER não é apenas gerado pela soma dos efeitos dos projetos apoiados, mas também pela criação de condições para a cada vez melhor sustentabilidade dos projetos, nomeadamente, através das atividades de animação.

Importa verificar que as dificuldades de implementação da abordagem LEADER identificadas na matriz anterior sejam corrigidas por forma à manutenção do valor acrescentado atrás referido e que é essencial para o desenvolvimento dos territórios rurais.

#### **4.5 A PROGRAMAÇÃO DOS DIVERSOS PO FINANCIADORES (OBJETIVOS ESPECÍFICOS E RESPECTIVOS INDICADORES E METAS) É ADEQUADA FACE À DINÂMICA DE IMPLEMENTAÇÃO DA EDL**

Para materialização da EDL, o DLBC Pinhal Maior 2020 incorporou na sua arquitetura e como suporte de referência transversal, as Prioridades da Estratégia Europa 2020. Dando coerência à Estratégia incorporou, ainda, o alinhamento com os Domínios Temáticos e Objetivos Temáticos Centrais do Portugal2020 e correlacionou as Prioridades preferenciais identificadas em cada instrumento programático com os seus Objetivos Específicos. Na EDL encontra-se incorporado o alinhamento com os Programas Operacionais Temáticos evidenciada no Programa de Ação proposto.

##### Eixos Prioritários do DLBC do GAL PINHAL MAIOR 2014-2020

1. Ambiente e Floresta
2. Produtos Locais
3. Empregabilidade/Microempresas
4. Coesão Social

h

FEEI FEADER		DLBC PINHAL MAIOR 2014-2020			
		1	2	3	4
<b>PDR</b>	<b>Prioridade 2</b> Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas				
	<b>Prioridade 3</b> Promover a organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação dos produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura				
	<b>Prioridade 6</b> Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais, com especial incidência nos seguintes domínios:				
	<b>6A</b> - Facilitação da diversificação, da criação e do desenvolvimento das pequenas empresas, bem como da criação de empregos				
	<b>6B</b> - Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais				
<b>Prioridades Transversais</b> Ambiente e Inovação					

FEEI FEDER / FSE		DLBC PINHAL MAIOR 2014-2020			
		1	2	3	4
<b>POR RC</b>	<b>Prioridade 10.1</b> Redução e prevenção do abandono escolar precoce/promoção da igualdade de acesso ao ensino/Percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação				
	<b>Prioridade 8.3</b> Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas				
	<b>Prioridade 8.8</b> Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à actividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas				
	<b>Prioridade 9.1</b> Inclusão activa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação activa e a melhoria da empregabilidade (incidência em zonas marcadamente rurais)				
	<b>Prioridade 6.3</b> Conservação, protecção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural				

FEEI FEDER/FSE/FEADER		DLBC PINHAL MAIOR 2014-2020			
		1	2	3	4
<b>CIM Beira Baixa</b>	<b>Prioridade 1</b> Agenda Digital e Tecnológica				
	<b>Prioridade 2</b> Inovação e Desenvolvimento				
	<b>Prioridade 2</b> Internacionalização				
	<b>Prioridade 3</b> Educação Formação				
	<b>Prioridade 4</b> Empreendedorismo e Emprego				
	<b>Prioridade 5</b> Sustentabilidade Urbana e Rural				
	<b>Prioridade 6</b> Inclusão Social				
<b>Prioridade 7</b> Cooperação e Organização Administrativa					

FEEI FEDER/FSE/FEADER		DLBC PINHAL MAIOR 2014-2020			
		1	2	3	4
<b>CIM Médio Tejo</b>	<b>Prioridade 1</b> Agenda Digital e Tecnológica				
	<b>Prioridade 2</b> Inovação e Desenvolvimento				
	<b>Prioridade 2</b> Internacionalização				
	<b>Prioridade 3</b> Educação Formação				
	<b>Prioridade 4</b> Empreendedorismo e Emprego				
	<b>Prioridade 5</b> Sustentabilidade Urbana e Rural				
	<b>Prioridade 6</b> Inclusão Social				
<b>Prioridade 7</b> Cooperação e Organização Administrativa					

DLBC PINHAL MAIOR 2014-2020			
1	2	3	4

h

FEEI	FSE	1	2	3	4
POCH	Eixo 1 A promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade				
	Eixo 2 Reforço do ensino superior e da formação avançada				
	Eixo 3 Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade				
	Eixo 4 Qualidade e inovação do sistema de educação e formação				
	Eixo 5 Assistência técnica				

		DLBC PINHAL MAIOR 2014-2020			
FEEI	FEDER	1	2	3	4
PO SEUR	Eixo 1 Apoiar a transição para a economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores				
	Eixo 2 Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos				
	Eixo 3 Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos				

		DLBC PINHAL MAIOR 2014-2020			
FEEI	FEDER	1	2	3	4
PO ISE	Eixo 1 Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego				
	Eixo 2 Iniciativa Emprego Jovem				
	Eixo 3 Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação				
	Eixo 4 Assistência técnica				

		DLBC PINHAL MAIOR 2014-2020			
FEEI	FSE/FEDER	1	2	3	4
PO ISE	Eixo 1 Reforço da Investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação				
	Eixo 2 Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto				
	Eixo 3 Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego				
	Eixo 4 Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas				
	Eixo 5 Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública				
	Eixo 4 Assistência técnica				

#### 4.6 IDENTIFICAÇÃO DOS INDICADORES FINANCEIROS E FISICOS POR OPERAÇÃO

##### BALANÇO DETALHADO POR OPERAÇÃO

##### Operação 10.2.1.1 – Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas

##### Candidaturas apresentadas por anúncio / período

10.2.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas - ACUMULADO																
Anúncio	Candidaturas apresentadas		Candidaturas desistidas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas						Projectos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Não aprovadas		Sem dotação		Aprovadas		Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
							Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)				
PDR2020-PINHMAIOR-10211-001	25	745,34	5	81,23	20	664,12	2	56,24	1	29,77	12	404,78	11	362,87	120,75	108,68
PDR2020-PINHMAIOR-10211-002	40	881,05	2	15,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
TOTAL	65	1.626,39	7	96,53	20	664,12	2	56,24	1	29,77	12	404,78	11	362,87	120,75	108,68

##### Distribuição dos projetos por tipologia de investimento - Acumulado

10.2.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas ACUMULADO								
Tipologia de Investimento	Candidaturas decididas				Projectos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
Edifícios e outras construções	16	181,53	67,21	60,49	15	165,20	59,04	53,14
Equipamentos	27	80,47	28,60	25,74	25	75,41	26,76	24,08
Investimentos imateriais	8	7,46	2,28	2,05	8	7,46	2,28	2,05
Investimentos não elegíveis	2	2,89	0,00	0,00	2	2,89	0,00	0,00
Máquinas	7	65,64	19,16	17,24	7	65,64	19,16	17,24
Plantações	39	66,79	21,88	19,69	28	46,28	13,51	12,16
TOTAL	12	404,78	139,13	125,21	11	362,88	120,75	108,67

## Distribuição dos projetos setor - Acumulado

10.2.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas - Acumulado						
SETOR	Projectos aprovados		Projectos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
Bovinicultura	1	13,24	1	13,24	5,49	4,94
Caprinicultura	3	144,65	3	144,65	55,00	49,50
Cultura de citrinos	1	41,90	0	0,00	0,00	0,00
Cultura de outros frutos em árvores e arbustos	1	38,18	1	38,18	11,95	10,75
Cultura de pequenos frutos e bagas	1	29,58	1	29,58	2,63	2,37
Cultura de produtos hortícolas, raízes e tubérculos	1	40,91	1	40,91	16,53	14,88
Olivicultura	4	96,32	4	96,32	29,15	26,24
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>404,78</b>	<b>11</b>	<b>362,88</b>	<b>120,75</b>	<b>108,68</b>

## Projetos pagos por tipologia de promotor

10.2.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas Projetos pagos								
Tipologia do promotor	ANUAL				ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER
Organismos públicos	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PME	3	86,27	38,01	34,21	5,00	115,36	50,79	45,72

10.2.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas Projetos pagos								
Setor	ANUAL				ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER
Apicultura	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Bovinicultura	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Caprinicultura	2	75,89	32,82	29,54	2	75,89	32,82	29,54
Cultura de citrinos	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Cultura de frutos de casca rija/frutos secos	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Cultura de frutos tropicais e subtropicais	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Cultura de outros frutos em árvores e arbustos	0	0,00	0,00	0,00	1	10,14	3,35	3,02
Cultura de pequenos frutos e bagas	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Cultura de produtos hortícolas, raízes e tubérculos	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Olivicultura	0	10,38	5,19	4,67	2	29,53	14,62	13,16
Ovinicultura	1	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Viticultura	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>86,27</b>	<b>38,01</b>	<b>34,21</b>	<b>5</b>	<b>115,56</b>	<b>50,79</b>	<b>45,72</b>

### Projetos pagos por tipologia de investimento

10.2.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas Projetos pagos *								
Tipologia de Investimento	ANUAL				ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER
Edifícios e outras construções	2	39,80	16,93	15,24	3	40,30	17,13	15,42
Equipamentos	3	29,14	12,84	11,56	5	38,13	15,74	14,16
Investimentos imateriais	3	2,63	1,11	1,00	4	3,28	1,37	1,23
Investimentos não elegíveis	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Máquinas	1	10,00	5,00	4,50	3	28,95	14,43	12,99
Plantações	3	4,70	2,12	1,91	3	4,70	2,12	1,91
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>86,27</b>	<b>38,00</b>	<b>34,21</b>	<b>5</b>	<b>115,36</b>	<b>50,79</b>	<b>45,71</b>

\* Não são incluídos os valores dos Pedidos de Adiantamento

### Operação 10.2.1.2 – Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas

#### Candidaturas apresentadas por anúncio / período

10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização				Ano		Acumulado	
Anúncio / Período	Data Início	Data Fim	Dotação despesa pública [Mil euros]	Candidaturas apresentadas	Investimento [Mil euros]	Candidaturas apresentadas	Investimento [Mil euros]
PDR2020-PINHMAIOR-10212-001	01-07-2016	14-10-2016	350,00	0	0,00	8	640,74
PDR2020-PINHMAIOR-10212-002	01-03-2018	15-05-2018	626,30	10	1.457,39	10	1.457,39
<b>TOTAL</b>			<b>976,30</b>	<b>10</b>	<b>1.457,39</b>	<b>18</b>	<b>2.098,13</b>

#### Distribuição dos projetos por tipologia de investimento - Acumulado

10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização - ACUMULADO																
Anúncio	Candidaturas apresentadas		Candidaturas desistidas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas						Projectos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Não aprovadas		Sem dotação		Aprovadas		Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
							Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)				
PDR2020-PINHMAIOR-10212-001	8	640,74	0	0,00	8	640,74	2	256,12	0	0,00	6	384,62	6	384,62	139,15	125,24
PDR2020-PINHMAIOR-10212-002	10	1.457,39	0	0,00	7	985,99	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>2.098,13</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>15</b>	<b>1.626,73</b>	<b>2</b>	<b>256,12</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>6</b>	<b>384,62</b>	<b>6</b>	<b>384,62</b>	<b>139,15</b>	<b>125,24</b>

Todas as análises são análises integrais

4

Distribuição dos projetos setor - Acumulado

10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização - ACUMULADO						
SETOR	Projectos aprovados		Projectos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
Azeite	1	15,50	1	15,50	5,67	5,10
Carne de suíno	1	21,53	1	21,53	7,88	7,09
Frutas e produtos hortícolas transformados	1	192,06	1	192,06	72,83	65,55
Leite e produtos lácteos	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Vinho	3	155,54	3	155,54	52,77	47,49
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>384,63</b>	<b>6</b>	<b>384,63</b>	<b>139,15</b>	<b>125,23</b>

Projetos pagos por tipologia de promotor

10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização Projetos pagos								
Tipologia do promotor	ANUAL				ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER
Organismos públicos	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PME	3	107,76	39,58	35,62	3,00	107,76	39,58	35,62
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>107,76</b>	<b>39,58</b>	<b>35,62</b>	<b>3</b>	<b>107,76</b>	<b>39,58</b>	<b>35,62</b>

Projetos pagos por setor

10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização Projetos pagos								
Setor	ANUAL				ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER
Azeite	0	0	0	0	0	0	0	0
Carne de suíno	1	22	8	7	1	22	8	7
Diversos	0	0	0	0	0	0	0	0
Frutas e produtos hortícolas transformados	1	33	13	11	1	33	13	11
Leite e produtos lácteos	0	0	0	0	0	0	0	0
Vinho	1	53	19	17	1	53	19	17
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>107,77</b>	<b>39,58</b>	<b>35,62</b>	<b>3</b>	<b>107,77</b>	<b>39,58</b>	<b>35,62</b>

### Projetos pagos por tipologia de investimento

10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização								
Projetos pagos *								
Tipologia de Investimento	ANUAL				ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER
Edifícios e outras construções	3	37,71	16,33	14,70	3,00	37,71	16,33	14,70
Equipamentos	4	62,75	22,17	19,95	4,00	62,75	22,17	19,95
Investimentos imateriais	1	7,29	1,08	0,97	1,00	7,29	1,08	0,97
<b>TOTAL</b>		<b>107,75</b>	<b>39,58</b>	<b>35,62</b>		<b>107,75</b>	<b>39,58</b>	<b>35,62</b>

\* Não são incluídos os valores dos Pedidos de Adiantamento

### Operação 10.2.1.3 – Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola

#### Candidaturas apresentadas por anúncio / período

10.2.1.3 - Diversificação de atividades na exploração				Ano		Acumulado	
Anúncio / Período	Data Início	Data Fim	Dotação despesa pública [Mil euros]	Candidaturas apresentadas	Investimento [Mil euros]	Candidaturas apresentadas	Investimento [Mil euros]
PDR2020-PINHMAIOR-10213-001	15-09-2016	15-12-2016	150,00	0	0,00	4	683,81
<b>TOTAL</b>			<b>150,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>4</b>	<b>683,81</b>

#### Distribuição dos projetos por tipologia de investimento - Acumulado

10.2.1.3 - Diversificação de atividades na exploração - ACUMULADO						
Tipologia de Promotor	Projectos aprovados		Projectos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
Organismos públicos	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Outros	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
PME	3	487,77	3	487,77	147,19	132,47
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>487,77</b>	<b>3</b>	<b>487,77</b>	<b>147,19</b>	<b>132,47</b>

**Projetos pagos por tipologia de promotor**

10.2.1.3 - Diversificação de atividades na exploração								
Projetos pagos								
Tipologia do promotor	ANUAL				ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER
Organismos públicos	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PME	1	56,50	20,00	18,00	1,00	59,50	20,00	18,00
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>56,50</b>	<b>20,00</b>	<b>18,00</b>	<b>1</b>	<b>59,50</b>	<b>20,00</b>	<b>18,00</b>

**Projetos pagos por tipologia de investimento**

10.2.1.3 - Diversificação de atividades na exploração								
Projetos pagos *								
Tipologia de Investimento	ANUAL				ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER
Edifícios e outras construções	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Equipamentos	1	56,50	20,00	18,00	1	56,50	20,00	18,00
Investimentos imateriais	0							
Investimentos não elegíveis	0							
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>56,50</b>	<b>20,00</b>	<b>18,00</b>	<b>1</b>	<b>56,50</b>	<b>20,00</b>	<b>18,00</b>

\* Não são incluídos os valores dos Pedidos de Adiantamento

**Operação 10.2.1.4 – Cadeias Curtas e Mercados Locais**
**Candidaturas apresentadas por anúncio / período**

10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais				Ano		Acumulado	
Anúncio / Período	Data Início	Data Fim	Dotação despesa pública [Mil euros]	Candidaturas apresentadas	Investimento [Mil euros]	Candidaturas apresentadas	Investimento [Mil euros]
PDR2020-PINHMAIOR-10214-001	15-01-2018	27-04-2018	103,28	0	0,00	0	0,00
PDR2020-PINHMAIOR-10214-002	02-05-2018	11-05-2018	103,28	1	179,20	1	179,20
<b>TOTAL</b>			<b>206,56</b>	<b>1</b>	<b>179,20</b>	<b>1</b>	<b>179,20</b>

### Distribuição dos projetos por tipologia de investimento - Acumulado

10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais - ACUMULADO						
Tipologia de Promotor	Projectos aprovados		Projectos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
Organismos públicos	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Outros	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
PME	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### Projetos pagos por tipologia de promotor

10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais Projetos pagos								
Tipologia do promotor	ANUAL				ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER
Organismos públicos	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PME	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### Projetos pagos por tipologia de investimento

10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais Projetos pagos *								
Tipologia de Investimento	ANUAL				ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos imateriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

\* Não são incluídos os valores dos Pedidos de Adiantamento

h

### Operação 10.2.1.5 – Promoção de Produtos de Qualidade Locais

#### Candidaturas apresentadas por anúncio / período

10.2.1.5 - Promoção de produtos de qualidade locais				Ano		Acumulado	
Anúncio / Período	Data Início	Data Fim	Dotação despesa pública [Mil euros]	Candidaturas apresentadas	Investimento [Mil euros]	Candidaturas apresentadas	Investimento [Mil euros]
PDR2020-PINHMAIOR-10215-001	15-01-2018	27-04-2018	289,10	0	0,00	0	0,00
<b>TOTAL</b>			289,10	0	0,00	0	0,00

#### Distribuição dos projetos por tipologia do promotor - Acumulado

10.2.1.5 - Promoção de produtos de qualidade locais - ACUMULADO						
Tipologia de Promotor	Projectos aprovados		Projectos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
Organismos públicos	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Outros	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
PME	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		0	0,00	0	0,00	0,00

#### Projetos pagos por tipologia de promotor

10.2.1.5 - Promoção de produtos de qualidade locais Projetos pagos								
Tipologia do promotor	ANUAL				ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER
Organismos públicos	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PME	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## Projetos pagos por tipologia de investimento

10.2.1.5 - Promoção de produtos de qualidade locais Projetos pagos *								
Tipologia de Investimento	ANUAL				ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER
Custos de participação em feiras, certames e concursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos imateriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00

\* Não são incluídos os valores dos Pedidos de Adiantamento

## Operação 10.2.1.6 – Renovação de Aldeias

### Candidaturas apresentadas por anúncio / período

10.2.1.6 - Renovação de aldeias				Ano		Acumulado	
Anúncio / Período	Data Inicio	Data Fim	Dotação despesa pública [Mil euros]	Candidaturas apresentadas	Investimento [Mil euros]	Candidaturas apresentadas	Investimento [Mil euros]
PDR2020-PINHMAIOR-10216-001	20-01-2017	24-03-2017	159,16	0	0,00	5	368,43
<b>TOTAL</b>			159,16	0	0,00	5	368,43

### Processo de decisão - Acumulado

10.2.1.6 - Renovação de aldeias - ACUMULADO																
Anúncio	Candidaturas apresentadas		Candidaturas desistidas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas						Projectos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Não aprovadas		Sem dotação		Aprovadas		Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
							Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)				
PDR2020-PINHMAIOR-10216-001	5	368,43	0	0,00	5	368,43	0	0,00	0	0,00	4	286,20	4	286,20	119,68	107,71
<b>TOTAL</b>	5	368,43	0	0,00	5	368,43	0	0,00	0	0,00	4	286,20	4	286,20	119,68	107,71

Todas as análises são análises integrais

### Distribuição dos projetos por tipologia do promotor - Acumulado

10.2.1.6 - Renovação de aldeias - ACUMULADO						
Tipologia de Promotor	Projectos aprovados		Projectos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
Organismos públicos	1	190,00	1	190,00	77,06	69,35
Outros	3	96,20	3	96,20	42,62	38,36
PME	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	4	286,20	4	286,20	119,68	107,71

4



### Distribuição dos projectos por tipologia de investimento – Acumulado

10.2.1.6 - Renovação de aldeias ACUMULADO								
Tipologia de Investimento	Candidaturas decididas				Projectos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
Edifícios e outras construções	2	276,20	118,48	106,63	2	276,20	118,48	106,63
Equipamentos	2	10,00	1,20	1,08	2	10,00	1,20	1,08
Investimentos imateriais	1	0,00	0,00	0,00	1	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>286,20</b>	<b>119,68</b>	<b>107,71</b>		<b>286,20</b>	<b>119,68</b>	<b>107,71</b>

### Projectos pagos por tipologia de promotor

10.2.1.6 - Renovação de aldeias Projectos pagos								
Tipologia do promotor	ANUAL				ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER
Organismos públicos	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PME	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### Projectos pagos por tipologia de investimento

10.2.1.6 - Renovação de aldeias Projectos pagos *								
Tipologia de Investimento	ANUAL				ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos imateriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

\* Não são incluídos os valores dos Pedidos de Adiantamento

**Eixo 5 – Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR) – Prioridades de Investimento 9.6 (FSE) e 9.10 (FEDER)**

<b>SiZE - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego</b>							
<b>Fase</b>	<b>Fundo</b>	<b>Total</b>	<b>Aprovadas</b>	<b>Desistidas</b>	<b>Não admitidas/Não aprovadas</b>	<b>Montante Aprovado FEDER</b>	<b>Montante Aprovado FSE</b>
1ª	FEDER	12	4	5	3	134.247,12	
	FSE	5	2	2	1		7.583,76
2ª	FEDER	19	13	2	4	372.725,60	
	FSE	13	11	1	1		82.821,52
3ª	FEDER	23	19	1	3	431.838,32	
	FSE	15	14	1	0		109.964,52
	<b>TOTAL</b>	<b>87</b>	<b>63</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>938.811,04</b>	<b>200.369,80</b>

O ano de 2018, ficou estabelecido como o ano de avaliação das metas e indicadores da execução da ELD, junto das respetivas Autoridades de Gestão, sendo possível à data analisar os resultados e fazer um ponto de situação.

Através dos quadros anteriores podemos verificar que se encontram traçados os objetivos da EDL da Pinhal Maior, os indicadores encontram-se calendarizados, são quantificáveis e alcançáveis.

Posto isto, já nos é possível efetuar uma avaliação da sua abrangência, atendendo a que no ano de 2018, no FEADER, foram contratualizadas a maioria das candidaturas nas ações 10.2.1.1, 10.2.1.2 e 10.2.1.3, e 10.2.1.6 encontrando a ação 10.2.1.4 no estado de decisão, de salientar que não foi rececionada qualquer candidatura nos avisos à ação 10.2.1.5.

No SiZE – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego, foram rececionadas 87 candidaturas, em que foram analisadas 75 e 12 desistiram. A 31 de dezembro 2018 somente tinham tido decisão final as candidaturas da 1ª e 2ª fase, estando a 3ª fase em proposta de decisão. O montante FEDER da DLBC fica esgotado perante o valor aprovado de candidaturas, ficando um saldo negativo de 275.977,09€.

O ano de 2018, foi o ano onde tivemos o maior número de pedidos de pagamento submetidos pelos beneficiários, sendo a medida dos Pequenos investimentos na exploração agrícola e dos Pequenos investimentos na transformação e comercialização onde se encontram o maior quantidade de pedidos de apoio já com pedidos de pagamento pagos.

No que concerne ao CENTRO2020 (SiZE), a implementação do grau de supervisão a 100% nas 1ª e na 2ª fase concursal nos dois momentos de análise e proposta de decisão pelo GAL bloqueou todo Sistema,



criando fortes constrangimentos na implementação do DLBC no que respeitou ao apoio às micro e pequenas empresas, atrasando a execução dos projetos em mais de um ano. Daí somente ter sido apresentado 1 pedido de pagamento por parte de um beneficiário.

Ao nível dos indicadores obtidos pelas candidaturas aprovadas, nomeadamente, número de beneficiários e número de postos de trabalhos a criar, acredita-se no cumprimento dos objetivos estabelecidos até 31/12/2019, tendo em conta que iniciamos o programa mais tarde que o previsto em sede de candidatura do DLBC Pinhal Maior 2020.

Nas operações onde já obtivemos candidaturas aprovadas, verificamos que ao nível dos indicadores de realização e de resultado (projetos apoiados, nº de postos de trabalho, etc.) somos da opinião que o ano de 2019 será um ano de cumprimento dos objetivos, tendo em conta, mais uma vez, que o atraso na publicação das Portarias e conseqüentemente o lançamento tardio dos avisos de concurso, alterou a perspetiva de alcance das metas e dos indicadores propostos.

## 5. QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

### 5.1 QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES (ANEXO I)

ANEXO I - QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELACIONADAS COM AS OPERAÇÕES - ABORDAGEM LEADER/FEADER							
QUESTÃO	PRIORIDADE/DOMÍNIO	QA	CRITÉRIOS	INDICADORES	Valor	INFORMAÇÃO ADICIONAL	Valor
1	6B	• Em que medida contribuiu o apoio ao regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas para os objetivos da EDL?	• As oportunidades de emprego foram criadas através de estratégias de desenvolvimento local;	• Número de empregos criados através de projetos LEADER apoiados.	2		
	2A		• As explorações agrícolas foram modernizadas / remodeladas.				
2	6B	• Em que medida contribuiu o apoio aos pequenos investimentos na transformação e comercialização para os objetivos da EDL?	• As oportunidades de emprego foram criadas através de estratégias de desenvolvimento local;	• Número de empregos criados através de projetos LEADER apoiados.	1		
	2A		• As empresas de transformação e comercialização de produtos agrícolas foram criadas / modernizadas.				
3	6B	• Em que medida contribuiu o apoio à diversificação de atividades na exploração para os objetivos da EDL?	• As oportunidades de emprego foram criadas através de estratégias de desenvolvimento local;	• Número de empregos criados através de projetos LEADER apoiados.	0		
	2A		• As atividades das explorações foram diversificadas.				
4	6B	• Em que medida contribuiu o apoio às cadeias curtas e mercados locais para os objetivos da EDL?	• As oportunidades de emprego foram criadas através de estratégias de desenvolvimento local;	• Número de empregos criados através de projetos LEADER apoiados;	0		
	2A		• O preço final dos produtos agrícolas dos produtores primários (PP) aumentou;				
5	6B	• Em que medida contribuiu o apoio à promoção de produtos de qualidade locais para os objetivos da EDL?	• O valor acrescentado dos produtos agrícolas dos PP aumentou;	• Número de empregos criados através de projetos LEADER apoiados;	0		
	3A		• Os produtos de qualidade certificada / produtos locais foram promovidos.				
6	6B	• Em que medida contribuiu o apoio à renovação de aldeias para os objetivos da EDL?	• As oportunidades de emprego foram criadas através de estratégias de desenvolvimento local;	• Número de empregos criados através de projetos LEADER apoiados.	0	• População que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas.	3 242

h

ANEXO I - QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELACIONADAS COM AS OPERAÇÕES – FEDER/FSE							
QUESTÃO	PROPRIEDADE DE INVESTIMENTO	QA	CRITÉRIOS	INDICADORES	Valor	INFORMAÇÃO ADICIONAL	Valor
7	9.6	• Em que medida os apoios ao empreendedorismo e à criação de emprego contribuíram para os objetivos da EDL?	• As oportunidades de emprego foram criadas através de estratégias de desenvolvimento local.	• Número de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio.		• Número de empresas/beneficiários apoiados.	31
	9.10			• Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado.			
8	9.6	• Em que medida os apoios ao empreendedorismo e à criação de emprego em sectores como o comércio, a indústria, restauração e turismo contribuíram para os objetivos da EDL?	• Distribuição das oportunidades de emprego nos setores elegíveis.	• Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o final do apoio (%) por setor.			
	9.10						
9 (1)	9.6	• Em que medida contribuíram os apoios à criação de espaços de apoio ao desenvolvimento comunitário, preferencialmente por via da refuncionalização de equipamentos existentes, para os objetivos da EDL?	• Os espaços de apoio ao desenvolvimento comunitário já existiam mas estavam alocados a outras funções.	• Nº de espaços apoiados			
	9.10			• Quantos foram criados?			
				• Quantos foram refuncionalizados?			
10	9.6	• Em que medida os apoios contribuíram para a inclusão ativa, nomeadamente para a promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade?	• As oportunidades de emprego foram criadas na sequência de medidas de inclusão ativa.	• Número de participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário.			
11	9.10	• Em que medida os apoios contribuíram para promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência?	• O turismo no território sofreu um incremento decorrente dos apoios.	• Incremento do número de dormidas em unidades turísticas apoiadas.			
12 (2)	9.6	• Em que medida os apoios contribuíram para a política de educação de âmbito regional (promoção do sucesso educativo e prevenção do abandono escolar)?	• Evolução do abandono escolar	• Alunos abrangidos em iniciativas de prevenção do abandono escolar.			

## 5.2 QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELATIVAS À EXECUÇÃO DAS EDL (ANEXO II)

ANEXO II - QUESTÕES DE AVALIAÇÃO RELACIONADAS COM A EXECUÇÃO DAS EDL							
QUESTÃO	QA	CRITÉRIOS	INDICADORES	Valor	INFORMAÇÃO ADICIONAL	Valor	
1 (1)	Em que medida a cooperação contribuiu para ampliar o impacto da EDL no território?	• A cooperação foi integrada na EDL definida pelos GAL para os territórios abrangidos; • Os agentes locais foram integrados em redes de atividades estratégicas dos diferentes territórios do EM da UE ou países terceiros; • A cooperação contribuiu para valorizar / desenvolver os territórios abrangidos.	• Número de empregos mantidos através dos projetos financiados (resultado); • Variação das receitas das entidades apoiadas (resultado).		• Número de GAL que participaram no projeto de cooperação; • Número de EM da UE que participaram no projeto de cooperação; • Número de países terceiros que participaram no projeto de cooperação.		
2	Em que medida o apoio aos custos de funcionamento e animação contribuiu para a implementação da EDL no território?	• O apoio ao funcionamento e animação contribuiu para a execução da EDL; • Os potenciais beneficiários foram informados sobre a elaboração dos processos de candidatura.	• Número de ações de divulgação e promoção (realização).	45	• População que beneficia da animação realizada no âmbito da EDL.	40.705	
3	Em que medida a execução da EDL contribuiu para o reforço da governança local?	• O leque de entidades envolvidas na execução dos projetos foi alargado; • A capacidade de criar parcerias de gestão cooperativa aumentou;	• Número e tipo de promotores dos projetos desagregado por tipologia: ONG, GAL, organismos públicos, PME e outros (realização);	27			
			• Número de GAL envolvidos em projetos de cooperação (realização);	50			
			• N.º Parceiros presentes nas Assembleias Gerais do GAL e /ou N.º de reuniões e outras sessões de trabalho;	30			
			• N.º de iniciativas envolvendo mais do que 5 parceiros (públicos, privados e associativos e de diferentes níveis regionais).	24			

[1] Esta questão de avaliação só se aplica na Região do Norte e Alentejo às DLBC Rurais.



### 5.3 QUESTÃO DE AVALIAÇÃO RELATIVA AOS OBJETIVOS DA POLÍTICA DO TERRITÓRIO (ANEXO III)

ANEXO III - QUESTÃO DE AVALIAÇÃO RELACIONADA COM OS OBJETIVOS DA POLÍTICA DO TERRITÓRIO						
QUESTÃO	QA	CRITÉRIOS	INDICADORES	Valor	INFORMAÇÃO ADICIONAL	Valor
1	Em que medida o modelo de governação e a implementação da EDL contribuiu para a coerência e pertinência dos seus objetivos a nível local?	<ul style="list-style-type: none"> <li>A EDL promoveu a gestão sustentável do território valorizando os recursos endógenos e fortalecendo laços de identidade local;</li> <li>A articulação das EDL com as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial e com os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão promovidos pelas Entidades Intermunicipais e com as Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE/PADRE, no caso do Algarve.</li> <li>A EDL obteve reconhecimento no território da sua área de abrangência.</li> <li>A EDL teve impacto direto ou indireto no território.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de projetos apoiados (realização);</li> <li>Nível de conhecimento da população (Conhece a EDL e o GAL? Se sim, como teve contacto?) – medido através de inquérito. Inquérito (escala 1 a 10) às entidades com operações aprovadas e sem operações aprovadas.</li> <li>Nº de objetivos articulados;</li> <li>Nº de parceiros (públicos, privados e associativos e de diferentes níveis regionais) comuns;</li> <li>Nº de iniciativas concertadas.</li> </ul>	2  92% a 100% ,71% a 89%  21  50  24	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de explorações/beneficiários apoiados (adicional).</li> </ul>	12

## 6. OUTRAS AVALIAÇÕES

O GAL neste ponto não tem nada a mencionar.

## 7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### 7.1 ANÁLISE DOS FATORES DE SUCESSO E INSUCESSO DA EDL

Os GAL da Região Centro em diálogo articulado e consensual estabilizaram uma resposta comum ao Ponto 7 do Relatório de Avaliação Intercalar, considerando que os factos e preocupações subjacentes à sua intervenção são transversais, não obstante as diferenças territoriais e estratégias preconizadas.

A resposta a este Ponto apresenta a seguinte estrutura:

- 1) ENQUADRAMENTO TEMPORAL E LÓGICA DE INTERVENÇÃO. OS PRINCÍPIOS LEADER. CONCEITOS FUNDAMENTAIS. AS VIRTUDES DA ABORDAGEM DLBC/LEADER
- 2) APONTAMENTOS CRÍTICOS SOBRE A EVOLUÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA ASSOCIADO AO DLBC/LEADER
- 3) IDENTIFICAÇÃO FACTUAL DE FATORES DE INSUCESSO
- 4) IDENTIFICAÇÃO FACTUAL DE FATORES EXTRAORDINÁRIOS DE INSUCESSO

1.

ENQUADRAMENTO TEMPORAL E LÓGICA DE INTERVENÇÃO  
OS PRINCÍPIOS LEADER. CONCEITOS FUNDAMENTAIS  
FATORES DE SUCESSO DA INTERVENÇÃO  
AS VIRTUDES DA ABORDAGEM DLBC/LEADER

Para iniciar a nossa apresentação nunca é demais, porque útil, recordar alguns factos e conceitos subjacentes à intervenção dos GAL e àquela que é denominada atualmente como Medida DLBC/Abordagem LEADER.

*“A Abordagem LEADER foi lançada em 1991 com o objetivo de aumentar o potencial de desenvolvimento das zonas rurais, baseando-se em iniciativas e competências locais, promovendo a aquisição do saber-fazer no domínio do desenvolvimento integrado local e divulgando esse saber-fazer a outras zonas rurais”<sup>(1)</sup>.*

Com esta premissa de atuação o LEADER (recorde-se também o significado da sigla: “Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural”), à época uma iniciativa-piloto introduzida enquanto Programa de Iniciativa Comunitária e posteriormente em 2007 integrado nos programas de desenvolvimento rural nacionais em conjunto com outros eixos do desenvolvimento rural, apresenta-se com **7 características essenciais**, concretamente:

- Trata-se de ‘uma abordagem por zona, região, comumente designada por território (espaço homogéneo e socialmente coerente, frequentemente caracterizado por tradições comuns, uma entidade local e um sentimento de pertença ou por necessidades e expectativas comuns)’;
- Assume-se como uma abordagem ascendente, porquanto os agentes locais participam na tomada de decisões no que respeita à estratégia e à seleção das prioridades a prosseguir para o seu território (o denominado “bottom up”);
- Estabelece-se numa parceria local, denominada GAL- Grupo de ação Local, responsável por identificar e aplicar uma Estratégia de Desenvolvimento Local, tomar decisões sobre a atribuição dos seus recursos financeiros e gerir esses mesmos recursos;
- Admite-se como facilitador de Inovação enquanto estímulo para a existência de novas abordagens nos territórios, geradores de projetos e iniciativas criativas e diferentes – em sentido lato – ou implicando a transferência e adaptação de soluções desenvolvidas com sucesso noutros territórios – sentido restrito -;
- Estabiliza-se numa Estratégia de Desenvolvimento Local integrada e multisectorial, correlacionada e coordenada como um Todo coerente;
- Organiza-se em Redes de Parceria, sejam elas de natureza institucional, local, regional ou nacional, visando o intercâmbio de resultados, experiências e saber-fazer;
- Estabiliza-se em ações e iniciativas de e em cooperação, promovendo projetos conjuntos com outros Grupos de Ação Local nacionais ou europeus.

Estes 7 Princípios, balizadores da intervenção dos GAL desde a sua génese até à atualidade, permitem a afirmação de que ‘a abordagem LEADER pode realmente mudar o quotidiano das populações nas zonas rurais; Pode desempenhar um importante papel ao incentivar respostas inovadoras para velhos e novos problemas rurais; Pode funcionar como uma espécie de laboratório para o desenvolvimento das capacidades locais e para a experimentação de novas formas de satisfazer as necessidades das comunidades’<sup>(1)</sup>.

“Quem recorde o panorama existente, o meio rural no início dos anos 90 do passado século, não pode ignorar as profundas transformações positivas que entretanto se verificaram e foram grandemente devidas à implementação desta abordagem nos territórios. De uma quase total ausência de organização e de recursos materiais e humanos capazes de impulsionar o desenvolvimento, que se verificava por todo o interior do país nas últimas 2 décadas, passou-se a partir da implementação destas Abordagens para uma cobertura territorial quase exaustiva com parcerias organizadas e atuantes, GAL dotados de

recursos e competências, apoiando o desenvolvimento e atraindo investimentos muito para além dos poucos meios financeiros com que os sucessivos Programas foram dotados”.<sup>(2)</sup>

“A valorização das hoje denominadas, ‘amenidades rurais’ ganhou uma importância amplamente reconhecida. (...) Do desprezo pelos valores rurais passou-se para uma nova atitude, quase generalizada, de orgulho na sua identidade. (...) “O Turismo Rural e diferentes formas de animação a ele associadas, tornou-se atualmente uma atividade pujante e em crescendo; A rede de restauração nacional –que, tradicionalmente adotava uma gastronomia normalizada e comum de Norte a Sul do País– sofreu uma enorme transformação na descoberta e divulgação das riquezas gastronómicas locais com evidente benefício para as economias locais e contribuindo para o aumento do valor do Património Gastronómico; As feiras e festividades locais são hoje, essencialmente, ” mostras da região ao mundo”, multiplicando-se as feiras temáticas que atraem visitantes e turistas nacionais e estrangeiros; O artesanato rural, nalguns casos quase perdido, teve um significativo recrudescimento, chegando em múltiplos casos a ser incorporado no mais sofisticado ‘design urbano’; A valorização e certificação dos ‘produtos da terra’ conduziu à criação de inúmeras empresas de transformação e comercialização, integrando-os nos circuitos regionais e nacionais, etc., etc., etc.”<sup>(2)</sup>

Constata-se assim que um dos principais eixos diferenciadores da abordagem LEADER é a proximidade com os agentes locais e que nesta perspetiva, a atuação dos GAL concorre para o fomento da Coesão numa estratégia de desenvolvimento integrado suportado em 3 eixos de intervenção: sócio-cultural/económico/ambiental num ambiente global ou de globalização.

Constituindo-se como Estruturas de Proximidade (de comunidade/de pessoas/de rostos), os GAL concorrem para a criação de soluções locais para problemas reais identificados pelas populações enquanto atores locais, decisores do destino das suas comunidades.

#### TESTEMUNHOS DOS GAL DA REGIÃO CENTRO

① “Mais nenhum programa consegue ter a proximidade com os promotores que a abordagem LEADER proporciona, podendo articular com estes os caminhos a seguir e orientá-los para a boa execução dos seus projetos. É fundamental este trabalho de proximidade com as pessoas, parceiros e territórios.”

② “Realçamos a mais-valia que representa a presença de equipas polivalentes nos GAL, com força anímica e apoio técnico de proximidade. Como seriam os territórios sem os GAL, as Equipas e o modelo de governança instituído?”

③ “Quando falamos em território rural não devemos confundir com interior/baixa densidade. Se na maioria das situações território rural e território interior/baixa densidade coabitam e os seus problemas e soluções podem ser confundidos, é importante ressaltar que não pode ser o mesmo programa ou as mesmas medidas a dar resposta a diferentes problemas. Território rural é o espaço geográfico onde atividades ligadas à agricultura e pecuária têm (ou já tiveram) relevo na economia local e que ao longo dos anos, tendo por base essa premissa, outras atividades foram ganhando espaço tais como o artesanato, atividades empresariais complementares e até mesmo serviços. Território de baixa densidade é o espaço geográfico marcado

pelo despovoamento, pela drástica diminuição de população.”

④ “A Abordagem LEADER na sua génese assentava em sete princípios: desde logo a abordagem bottom-up, ou seja uma estratégia definida pelos agentes locais, com base na valorização dos recursos endógenos e adequada ao território; Um território de dimensão limitada que permita uma proximidade com os agentes locais; Um trabalho em Rede; O equilíbrio entre parceiros Públicos e Privados; A Cooperação; Uma abordagem Integrada e multisectorial e a Inovação. A Integração da Abordagem LEADER no PRODER e DLBC fez perder muitas destas características, verificando-se hoje uma grande desadequação de programas de apoio ao nosso território.”

Finaliza-se este Ponto, avançando com algumas das Conclusões e Recomendações incluídas no Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre “Vantagens da abordagem de desenvolvimento local de base comunitária para o desenvolvimento local e rural integrado” <sup>(3)</sup>:

“(…) Como pode a União Europeia consolidar os seus laços com os estados-Membros e reconquistar a confiança dos seus cidadãos? A resposta poderia consistir na correta aplicação de uma abordagem de desenvolvimento de base comunitária (DLBC) que permita o desenvolvimento local integrado e a participação dos cidadãos e das suas organizações no terreno. (...) Reconhece-se que o DLBC, que representa um reforço do método LEADER, proporciona aos Estados-Membros uma oportunidade única para desenvolverem as suas regiões de forma mais inclusiva, sustentável e integrada, em parceria com as partes interessadas a nível local.”

(…) Há que “ter presente que a principal mais-valia dos Grupos de Ação Local e também terem a capacidade de selecionar bons projetos se prende com o seu papel de facilitadores territoriais, nomeadamente no domínio da cooperação interterritorial e transnacional. Os GAL têm de ser facilitadores ativos e trabalhar de forma transetorial, associando todas as partes interessadas pertinentes nos seus territórios.”

(…) “O desenvolvimento local de base comunitária representa uma atualização do método LEADER, que tem mais de 26 anos. A principal diferença entre os dois reside no facto desta abordagem ser mais integrada e possuir um modelo de financiamento diversificado. Contudo, agora alguns dos grupos de ação local nas zonas rurais também têm acesso a fundos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo Social Europeu e do Fundo Europeu das Pescas.”(…)

(…) “A metodologia DLBC desempenha um papel importante na consecução do desenvolvimento local integrado devido aos componentes que constituem: uma abordagem de base para o topo, estratégias de desenvolvimento local por áreas, parcerias público-privadas, inovação, uma abordagem multisectorial integrada, trabalho em rede e cooperação e administração descentralizada. Para contribuir para a correta aplicação da metodologia do DLBC é necessário partilhar informações, realizar atividades de divulgação e dar mais visibilidade ao método propriamente dito e aos seus benefícios.”

(…) “O CESE apoia veemente o processo de decisão de base para o topo, que garante que os investimentos estão em conformidade com as necessidades reais e o potencial das zonas locais. Pretende-se que o DLBC seja ainda mais flexível, contemplando todas as necessidades possíveis da comunidade e permitindo aos locais escolherem as questões mais pertinentes para a sua estratégia de desenvolvimento local.”

4



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014-2020



PORTUGAL  
2020



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural  
A Europa Investe nas Zonas Rurais

(...) “O CESE está convencido de que a integração de todos os domínios de intervenção dos quatro FEEL para executar as estratégias de desenvolvimento local oferece uma série de vantagens para todos os tipos de Grupos de Ação Local.”

#### Bibliografia

- (1) “Fact Sheet – A Abordagem leader – um Guia Básico”, Comunidades Europeias, 2006
- (2) Federação Minha Terra
- (3) Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre “Vantagens da abordagem de desenvolvimento local de base comunitária para o desenvolvimento local e rural integrado” – Jornal Oficial da União Europeia C 129/36 de 11/04/2018

## 2. APONTAMENTOS CRÍTICOS SOBRE A EVOLUÇÃO DO MODELO DE GOVERNAÇÃO ASSOCIADO AO DLBC/LEADER

O Modelo de Governação associado ao DLBC/LEADER é suporte intrínseco ao formato definido pelos GAL porquanto identifica a atuação sobre um determinado território de intervenção caracterizado pela participação dos agentes locais nas tomadas de decisão, ou seja, é assente numa abordagem local ou ascendente – de proximidade com as pessoas -, atribuindo-lhes simultaneamente o papel de atores e de destinatários do desenvolvimento e retomando a solidariedade como valor estruturante, em que a animação socio-económica desperta nas comunidades o sentido da evolução, da descoberta e da utilização das suas próprias capacidades, clarificando o sentido e o caminho a percorrer.

Trata-se de um modelo sustentado na ideia de que as metodologias participativas fortalecem a sociedade civil no sentido de lhes conferir um papel reconhecido de cidadania ativa. Neste modelo, a fixação de equipas técnicas a nível local surge igualmente como fundamental na criação de competências locais.

Um outro aspeto da abordagem ascendente é o facto dos níveis regional e local (administração e sociedade civil) contribuírem para a definição de políticas de desenvolvimento, numa proximidade com conceitos e práticas de descentralização.

“A abordagem Leader iniciada em 1991 como uma iniciativa da Comissão Europeia (...) partiu do pressuposto de que «o reequilíbrio das atividades e a manutenção de um tecido socio económico diversificado exigem uma abordagem resolutamente endógena e local, que se apoie nas capacidades de animação e de análise especializada». Deste modo, a Comissão Europeia reconhecia a incapacidade de o Estado (nacional e comunitário), com a ação dos seus organismos públicos de desenvolvimento (centrais e sectoriais), atingir esses objetivos. A Iniciativa Comunitária Leader traçou então como objetivo principal pôr em prática soluções inovadoras, com valor demonstrativo, a começar pelos níveis de governo e organizativo.”<sup>(1)</sup>

Na prática quotidiana, este modelo caracteriza-se pela descentralização das decisões, nomeadamente na autonomia para apreciação e seleção de projetos, atribuindo responsabilidade local na formulação e resposta aos anseios e insatisfações, definindo os ritmos e soluções às suas próprias e reconhecidas realidades. Os processos são assim mais céleres e eficientes, sendo que tal conduzirá também a um enriquecimento do capital social pela aprendizagem.

Não obstante o reconhecimento deste modelo, todo o histórico foi progressivamente alterado e desvirtuado na adequação dos sucessivos períodos programáticos.

O texto de retrospectiva e reflexão de José Ferragolo da Veiga, intitulado “Desafios da Governança em Meio Rural” (IESE- Instituto de Estudos Sociais e Económicos), apresenta a síntese da implementação deste modelo em Portugal, nomeadamente através do LEADER, reportando igualmente todo ‘anti-processo’ que ocorreu a partir de 2007.

Seria pertinente reverter neste ponto, toda esta reflexão a qual consubstancia claramente a desconstrução do modelo pela administração central. Admite-se porém como anexo (para o qual aconselhamos vivamente a leitura) e do qual apenas realçamos o seguinte:

(...) “A partir de 2007, a Iniciativa foi integrada na programação do desenvolvimento rural dos Estados--membros, com imposições específicas por parte da Comissão Europeia para garantir a sua continuidade. (...) Ao longo deste período de 25 anos, muitas mudanças ocorreram, particularmente nos objetivos gerais, nas regras e nas orientações traçadas pelos níveis superiores, Comissão Europeia e Estado nacional (governos).”

“A transição de uma iniciativa comunitária para a seguinte e, a partir de 2007, de um período de programação nacional para outro, exigiu sempre um novo reconhecimento e aprovação públicos dos GAL, das suas estratégias e dos seus planos de ação, que questionou as suas representatividade e legitimidade.”

“A ação da Comissão Europeia, apoiada na implantação das parcerias e na sua expressão nacional, conseguiu impor orientações que garantiram a continuidade da abordagem e a manutenção quase generalizada dos GAL, impedindo que no âmbito nacional se caísse numa lógica de criação de novos GAL em cada nova iniciativa ou programa. No entanto, não impediu que existissem períodos mortos e que novas regras, orientações e exigências burocráticas, colocadas em particular pelo Estado nacional (sucessivos governos), fossem retirando flexibilidade e autonomia ao funcionamento dos GAL.”

“No nível inferior, os GAL, apesar da continuidade referida da sua maioria, sofreram também mudanças, umas de adaptação às mudanças ocorridas nos níveis superiores e outras por iniciativa própria na composição (representatividade), no tipo, na estrutura, no funcionamento e na delimitação do respetivo território.” (...)

“A legitimidade dos GAL foi sendo de certa forma questionada pelos eleitos, locais e nacionais, e no último período de programação (2014-2020) pelas organizações de agricultores de âmbito nacional ancoradas no Estado (governo). Esta é uma questão fulcral, dadas as consequências que daí resultaram para o funcionamento dos GAL.” (...).

“Por outro lado, a regulamentação pública, nacional, das medidas e das ações Leader passou a ter um carácter rígido de aplicação horizontal em todo o Continente, que não teve em conta as especificidades de cada território e retirou o interesse às estratégias locais de desenvolvimento, deixando pouca margem de manobra aos GAL na seleção e na aprovação dos projetos.” (...) <sup>(1)</sup>

#### TESTEMUNHOS DOS GAL DA REGIÃO CENTRO

① “Um Grupo de Ação Local é uma parceria formada por representantes locais dos sectores, público e privado (obrigatoriamente em maioria) de um determinado território de intervenção, representativa das atividades socioeconómicas e com uma estratégia de desenvolvimento própria, denominada de Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL). Neste sentido, e de forma a não inverter um dos



princípios da abordagem LEADER (existência de um GAL), a entidade gestora do DLBC/Abordagem LEADER só pode ser uma entidade de direito privado. Os GAL decidem a direção e o conteúdo da EDL e tomam decisões quanto aos diferentes projetos a financiar. Este princípio não pode ser esquecido, pois só assim se consubstancia o empoderamento das comunidades locais no processo de gestão de um programa territorial.”

② “O processo evolutivo da chamada governança, sempre indicada como um aspeto central na execução bem sucedida do programa, não foi efetivamente acatada como uma mais-valia para os territórios e para os GAL. O papel dos GAL na avaliação on going e ex post tem sido limitado a funções de produção de relatórios cumpridores do normativo legal. A posição subalterna dos GAL relativamente ao estado não fomenta ou sequer possibilita uma lógica de projeto baseado na confiança mútua.”

③ “Sentimos que ao longo destes últimos anos as ADL- Associações de Desenvolvimento Local têm perdido autonomia e visibilidade do seu trabalho:

- Pela perda de competências e responsabilidades para outras entidades regionais;
- Pela perda de verba financeira para gerir e pelas restrições impostas em algumas medidas;
- Pelo facto de não existir financiamento para a animação e dinamização do território;
- Pela perda de poder de decisão pelos nossos corpos sociais e parceria territorial;
- Pela perda da génese da abordagem LEADER;
- Pela crescente carga burocrática e reduzida equipa, que não nos permite conhecer novos agentes no território e criar novas redes de trabalho e parcerias;
- Enfim, pelo distanciamento dos governantes.”

④ “Da atual experiência com a interligação de diferentes autoridades de gestão dos diversos fundos constata-se uma “aparente” competitividade entre os organismos responsáveis pela implementação com uma forte desconfiança e supremacia, procurando cada um criar diferentes procedimentos para que sejam mais eficientes e/ou mais fiáveis. É importante no futuro reflectir esta postura, pois em cada nova fase de programação reinventam-se novas regras e metodologias, mas no fundo estas são as mesmas...seria mais construtivo e coerente na sequência dos processos de avaliação, analisar e refletir sobre as ferramentas existentes e sobre quais as melhores práticas e nesse sentido implementá-las no futuro (...)”

⑤“(…) O modelo e implementação do LEADER foi progressivamente triturado pela Administração Central. Ao longo dos vários programas, a abordagem Leader foi sendo esvaziada nos seus princípios, mantendo-se a “contra gosto” os GAL, transformando as respetivas estruturas técnicas em mais um braço da administração pública cuja tarefa principal consiste em fiscalizar o cumprimento da burocracia imposta no acesso aos apoios.”

⑥ “ O Órgão de Gestão acaba por ter pouca relevância uma vez que não consegue implementar a estratégia pensada e aprovada para o território.”

Para finalizar este ponto e em jeito de conclusão do mesmo suportamo-nos, de novo, nas palavras do investigador José Ferragolo da Veiga as quais expressam claramente a realidade que vivenciamos:

(…)“É CURIOSO NOTAR QUE, NO MOMENTO EM QUE É LANÇADO NO ÂMBITO EUROPEU O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC), O QUAL ABRIU UMA NOVA PERSPETIVA CONCEPTUAL E UM FINANCIAMENTO PLURIFUNDOS, EM PORTUGAL, O PDR 2020 E OS INTERESSES AGRÍCOLAS MARCAM O CAMPO NO FEADER COM O CONTRIBUTO ESPECÍFICO QUE O SECTOR AGRÍCOLA E AGROINDUSTRIAL PODEM DAR PARA A DLBC, REMETENDO OS INTERESSES RURAIS NÃO AGRÍCOLAS PARA OS OUTROS FUNDOS (FEDER E FSE).

A DISPUTA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, QUE VINHA PRIVILEGIANDO A CONCEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA ALARGADO, PARECE TER CONSEGUIDO EM PORTUGAL ANULAR A CONCEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL COMO DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO, ENDÓGENO E SUSTENTÁVEL, PRESENTE NAS INICIATIVAS COMUNITÁRIAS LEADER E NA REGULAMENTAÇÃO POSTERIOR, E REMETER PARA A POLÍTICA REGIONAL A COMPONENTE NÃO AGRÍCOLA DO DESENVOLVIMENTO RURAL. A POLÍTICA REGIONAL INTEGRA ESTA PARTILHA NA SUA CONCEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL COMO UMA COMPONENTE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, A PAR DAS SUAS INICIATIVAS PRÓPRIAS DE VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSOS ENDÓGENOS DE BASE TERRITORIAL.

EM VEZ DE INTEGRAÇÃO, A OPÇÃO PARECE TER SIDO A DE REPOR FRONTEIRAS.”<sup>(1)</sup>

#### Bibliografia

- (1) Título do Artigo “Desafios da Governança em Meio Rural” de José Ferragolo da Veiga em AGRICULTURA, FLORESTA E DESENVOLVIMENTO RURAL  
Edição IESE- Instituto de Estudos Sociais e Económico, 2018

### 3. IDENTIFICAÇÃO FACTUAL DE FATORES DE INSUCESSO

Numa avaliação concertada da implementação do DLBC, neste período de programação, não nos escusamos a qualquer responsabilidade que nos possam imputar contudo *“não nos podemos esquecer que os processos de candidatura, análise e execução são cada vez mais burocráticos, com um crescente e constante aumento de regras as quais nem sempre são claras e comunicadas de igual modo a todos os intervenientes. Por vezes, estas falhas de comunicação potenciam o erro e aumentam o trabalho administrativo, situação que se virá a refletir nas baixas taxas de execução do quadro de apoio.”*

Perspetivando uma abordagem, o mais ponderada possível na análise de todo o processo e intervenientes, foi solicitado aos GAL Rural da Região Centro que remetem-se os seus contributos realçando os aspetos que da sua visão do processo de forma global e prática interna considerassem como pontos positivos e constrangimentos, de modo a que estes pudessem ser alvo de reflexão para adequação das Políticas, Normativos e Orientações.



Do conjunto dos mesmos, identificamos os fatores de insucesso em 3 patamares de reflexão:

- DLBC/LEADER, visão global
- PDR / FEADER, visão abrangente e questões específicas
- PO REGIONAL: CENTRO2020 / FSE e FEDER | visão abrangente e questões específicas

com a identificação concreta, sempre que aplicável, dos aspetos relacionados com o quotidiano dos GAL/ADL.

#### DLBC/LEADER, visão global

---

No atual modelo de implementação foram afastadas importantes e preponderantes áreas de intervenção que o desenvolvimento local deveria priorizar para resposta aos atuais desafios dos territórios rurais como, por exemplo, a área social com destaque para o apoio à população idosa, nomeadamente pela reduzida e insuficiente resposta aos problemas do envelhecimento e isolamento desta população, mais agravados em zonas rurais. Também lacunar, toda a componente de reforço e apoio às populações nomeadamente ao nível do associativismo.

Não obstante, a introdução no DLBC de uma medida de apoio que visa o auxílio direto à agricultura, nomeadamente os pequenos investimentos nas explorações agrícolas, permitiu aos GAL uma intervenção e um conhecimento mais próximo do sector agrícola nos seus territórios, contribuindo mais diretamente para a reversão dos processos de êxodo rural e conservação das paisagens.

A adoção do multifundo, aquando da arquitetura programática do DLBC, apesar de positivo no seu intuito, teve uma aplicação desastrosa. A articulação entre Autoridades de Gestão revelou-se inexistente. Para além da evidente falta de diálogo, cada fundo apresentou um sistema de informação, havendo necessidade dos GAL/ETL adquirirem formação em 3 plataformas distintas, porquanto os princípios/regras de análise entre os fundos FEADER/ FEDER/ FSE são diferentes, com graus de exigência distintos.

A estrutura dos avisos de concurso é de tal maneira fechada que se torna impossível direcionar os avisos e as intenções de candidatura de acordo com as Estratégias aprovadas. Neste panorama é quase lícito afirmar-se que, atualmente, a autonomia dos GAL é meramente simbólica.

Todos estes aspetos criam nos territórios/comunidades um sentimento generalizado de descrédito e constatamos uma desmotivação por parte dos potenciais investidores e promotores.

Noutra perspetiva, o excesso burocrático de projetos que supostamente deveriam ser mais simples (e que curiosamente se denominam de 'regime simplificado') tirou claramente capacidade de animação do território. As equipas técnicas não conseguem efetuar um acompanhamento de proximidade, com a crescente carga administrativa associada aos processos.

Apesar do excessivo atraso inicial de arranque do programa (com todas as constrangimentos inerentes para o funcionamento dos GAL e repercussão na aplicação das EDL nos territórios) e também os atrasos decorrentes do processo de análise e decisão dos primeiros concursos, o ano de 2017 foi importante como marco para resposta às expectativas locais, na generalidade, nomeadamente com o encerramento dos primeiros concursos e a concretização dos investimentos no terreno, após todo o demorado ciclo de verificação e confirmação das decisões. Inclusivamente é possível afirmar que, perante todos os constrangimentos iniciais existem indicadores de realização que – no cômputo geral - superam as expectativas, situação que demonstra o forte envolvimento dos GAL na dinamização, promoção e divulgação dos apoios disponíveis para o território.

#### TESTEMUNHOS DOS GAL DA REGIÃO CENTRO

① “Multifundos – uma solução eficaz ou apenas uma desculpa para afetar menos verbas ao PDR, as quais são complementadas com escassas verbas FEDER e um FSE não utilizável pela sua inoperância?”

② “Medidas fechadas – Pequenos investimentos agrícolas e outras medidas de aplicação nacional e transversal são Desenvolvimento Local? Constituem espaço para inovação? Permitem uma adequação aos territórios e às estratégias locais?”

③ “O GAL tem de sentir estabilidade da sua instituição e confiança por parte dos órgãos decisores (Parceria | órgão de Gestão | Autoridades de Gestão)”

④ “O papel dos GAL assenta na proximidade dos agentes territoriais e na animação do processo de desenvolvimento. É fulcral voltarmos a apoiar o associativismo e a animação cultural e social, assim como o património local (material e imaterial) para sua posterior dinamização.”

⑤ “Os GAL devem ter um foco de trabalho sobre o seu papel no desenvolvimento rural dos seus territórios. Devem-lhe ser atribuídas todas as ferramentas para o desenvolver: financeiras, administrativas, recursos humanos, formação, governança, etc.”

#### PDR / FEADER, visão abrangente

Foi evidente no atual período de programação o desvirtuamento do conceito “desenvolvimento rural” na definição e construção da Medida 10 do PDR2020 com a sobrevalorização do conceito “desenvolvimento agrícola”, visão mais redutora e condicionadora dos processos de desenvolvimento local, ou seja, o total desajustamento dos conteúdos passíveis de apoio com ênfase nas áreas agrícolas em detrimento da visão mais ampla de atuação para o mundo rural. Não obstante, a adaptação dos GAL e a flexibilidade das equipas na implementação do DLBC nestas condições é motivo de realce, demonstrando capacidade de reorganização, determinação e resolução de problemas.

De realçar, neste âmbito, a dificuldade na implementação de algumas operações identificadas nas EDL, pelo desajustamento na sua definição em Portaria. Aquando da construção das EDL e induzidos os GAL nesse sentido estratégico foram identificadas necessidades que não foram plasmadas na portaria regulamentar. Foram entretanto (sobretudo nos finais de 2017 e em 2018) efetuadas algumas alterações, (nomeadamente no critério de elegibilidade do promotor no caso da operação 10.211), contudo outros aspetos tais como os associados à certificação de novos produtos foram completamente gorados face aos objetivos definidos nas Estratégias aprovadas.

#### PDR / FEADER, questões específicas



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014-2020



PORTUGAL  
2020



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural  
A Europa Investe nas Zonas Rurais

Relativamente ao grau de cumprimento dos objetivos enunciados na Estratégia, enunciamos os seguintes aspetos:

- A complexidade de procedimentos de análise numa área complexa como é o sector primário e que na Região Centro tem expressões díspares que balançam entre a micro e pequena agricultura ou a agricultura de sector, agravado pelo facto de se tratar de uma área onde os GAL não tinham qualquer tradição de atuação.
- A problemática associada à publicação das tabelas de referência no PDR 2020 que atrasou em muito a análise de candidaturas nos 1.ºs. concursos. Por outro lado, o desajustamento dos valores de referência das tabelas facultadas pela AG PDR2020, situação que tem proporcionado a desistência de candidaturas aprovadas, por os promotores considerarem os cortes significativos e sem conexão com a realidade.
- A elegibilidade de beneficiários condicionada a Agricultores com atividade superior a 1 ano bem como o valor das ajudas diretas nos 1.ºs. concursos da Operação 10.211- Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas, inibiu consideravelmente a apresentação de candidaturas. A alteração posterior da Portaria teve efeitos extremamente positivos, sobretudo em territórios com menor tradição agrícola.
- A dificuldade da implementação das Operações Cadeias Curtas, Mercados Locais e Produtos Locais de Qualidade devido a desajustamento da legislação com necessidade de alteração (projeto de alteração em curso a 31/12/2018).
- A iliteracia dos Consultores em matéria de elaboração de projetos agrícolas e incapacidade técnica para providenciar a elaboração de Pedidos de Pagamento [Exemplo Prático: A contabilidade agrícola, sendo feita num regime simplificado de escrituração para efeitos fiscais faz com que sejam descurados aspetos que tornam impossível a validação da despesa, tais como evidências do registo contabilístico de máquinas e equipamentos e respetivas alfaías, edifícios e outras construções exigidos pelo IFAP, I.P].
- Os atrasos imputáveis à tramitação de licenciamentos (projetos inserido em áreas ardidas, RAN), com morosidade na obtenção de pareceres externos por parte do INCF, I.P

#### TESTEMUNHOS DOS GAL DA REGIÃO CENTRO

① “Não se compreende que uma candidatura de 10.000€ tenha um tempo de análise pouco inferior, ou por vezes semelhante, a uma candidatura de 200.000

② “A gestão de multifundos não é algo novo para os GAL. Já no passado trabalhámos com multifundos, tendo o resultado final da sua execução sido francamente favorável. Não temos qualquer problema técnico com os controlos de qualidade, supervisão dos projetos, homologação, etc., mas não podemos aceitar que esteja um projeto nessas fases parado por vários meses. Terá de ser criado um mecanismo mais eficiente neste ponto, de modo a evitar a morosidade de todo o processo. Também relacionado com esta morosidade é quando um processo entra em controlo

(independentemente do tipo) e fica a aguardar meses que seja distribuído.”

③”Falta tempo, técnicos e verba para animação, dinamização do território, não é fácil garantir a proximidade quando estamos fechados nos gabinetes.”

④”A fundamental formação técnica foi/é feita tardiamente.”

⑤”Há que referenciar os constantes problemas com IFAP relativamente a elegibilidades e consequente devolução de verbas. Há muita arbitrariedade na análise dos Pedidos de Pagamento e igualmente atrasos substanciais nas respostas aos pedidos de apoio à AG e ao IFAP e em alguns casos até a ausência de resposta.”

⑥”O apoio aos pequenos investimentos na agricultura permitiram aos GAL, na generalidade, aproximar os produtores agrícolas à indústria da transformação e à diversificação. Estes pequenos agricultores contribuem para um importante indicador territorial - complemento ao rendimento familiar, transformam a paisagem, valorizam os produtos locais e biológicos, integram circuitos curtos de comercialização e contribuem para a permanência no território.”

#### PO REGIONAL: CENTRO2020 / FSE e FEDER | visão abrangente

---

O início do processo SI2E e sua implementação no território revelou-se um processo moroso porquanto a estrutura funcional das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e, no nosso caso mais especificamente da CCDRC, tiveram de adequar circuitos de análise e decisão à integração de novos atores como constituíram os GAL e as CIM. Tal foi evidente, desde logo, nos momentos mais marcantes de negociação e implementação do SI2E e no espaçamento entre si, concretamente:

- em 2016: a assinatura dos Protocolos Funcionais celebrados entre as Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais Regionais (POR) e os GAL e a preparação dos regulamentos entre os vários interlocutores: SEDC, Agência de Desenvolvimento & Coesão, AG e FMT; e com o espaçamento superior a um ano
- em 2017: o lançamento pelos GAL e Comunidades Intermunicipais (CIM) dos Avisos nos respetivos territórios com a consequente abertura dos períodos para submissão de candidaturas e no encerramento das 1<sup>as</sup> fases concursais, a partir do 3<sup>o</sup>. trimestre desse ano e a realização das 2<sup>as</sup>. e 3<sup>as</sup>. fases concursais até 31 de Dezembro de 2017.

Perante esta cronologia, estes marcos foram considerados como evidências de um processo efetivamente demorado e de difícil articulação, porquanto pautado por um elevado número de interlocutores com compassos diferenciados e com diferentes visões de entendimento. Na verdade



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014-2020



PORTUGAL  
2020



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural  
A Europa Investe nas Zonas Rurais

foram diversos os constrangimentos que suscitaram o atraso na implementação desta componente do DLBC nos territórios e que não podemos deixar de mencionar, entre outras:

- a inexistência notória de orientação estratégica transversal, uma liderança mais convicta e uma interação e reciprocidade efetivas entre as diferentes Autoridades de Gestão, situações que geraram falta de diálogo e convergência no entendimento do mecanismo, criando disparidades na sua operacionalização e necessariamente no seu impacto;
- a definição de políticas em função, principalmente, de dotações orçamentais e não de acordo com os objetivos estratégicos para os territórios;
- o facto do SI2E não estimular a inovação – apesar de permanentemente mencionada nos regulamentos e avisos – vedando o acesso a projetos e investimentos com componentes de criatividade e diferenciação para os territórios, constituíram aspetos referenciados como redutores do impacto da intervenção;
- a ênfase na criação líquida de emprego (e deste o mais precário e indiferenciado), quando a manutenção de postos de trabalho deveria assumir-se igualmente como uma política para a consolidação económico-financeira das empresas e dos territórios, sobretudo os com características de interioridade e baixa densidade;
- as limitações regulamentares entre os custos elegíveis passíveis de candidatura aos GAL ou às CIM que criaram perplexidade nos potenciais promotores, tiveram um efeito perverso nos territórios e conduziram a candidaturas ora sub ora sobrevalorizadas possibilitando um ou outro enquadramento e muitas vezes até conduzindo a duas candidaturas, em simultâneo;
- a discrepância das dotações orçamentais atribuídas pelas diferentes AG às Estratégias de Desenvolvimento Local dos GAL e ainda o desequilíbrio comparativo relativamente ao peso orçamental das componentes FEDER e FSE. A dotação orçamental FEDER foi/é notoriamente insuficiente para fazer face às intenções de investimentos manifestadas nos territórios;
- e, finalmente, a recente reprogramação não contemplou o reforço do FEDER, não dando perspectiva para encaixe de novos investimentos e aumentando o fosso relativamente aos montantes ainda disponíveis de FSE.

#### TESTEMUNHOS DOS GAL DA REGIÃO CENTRO

① "Nada justifica o modelo aplicado para o SI2E. Qual a razão dos GAL só aprovarem projetos até €100.000,00 e as CIM até € 235.000,00? Qual a razão da CCDRC verificar todos os projetos e ter a palavra final de aprovação ou não? Três estruturas diferentes a fazer o mesmo, sem nenhum ganho de eficiência."

#### PO REGIONAL: CENTRO2020 / FSE e FEDER | questões específicas

O conjunto de situações e problemas atrás identificados em conjunção com aspetos processuais associados e com questões de ordem mais prática configuraram um atraso na aplicação dos fundos nos diferentes territórios. Destes, destacamos:

- a morosidade dos processos de organização e uniformização dos procedimentos de análise de candidaturas, sendo que os encontros de natureza formativa realizados com a Autoridade de

Gestão foram esparsos e insuficientes em número e conteúdos. As orientações não foram coligidas antes do lançamento dos concursos e, em muitos casos, assumiram natureza avulsa;

- esta falta de harmonização dos procedimentos de análise com a necessária construção de uma Orientação Técnica comum a todas as regiões, conduziu a evidentes diferenças de interpretação e análise dos projetos;
- a desarticulação das plataformas de gestão FEDER e FSE sendo que cada projeto foi e é analisado em dois sistemas, situação que se agrava pelo facto de que cada CCDR possuir o seu próprio ambiente para análise e gestão da componente de investimento, construído com suporte em pressupostos e critérios diferenciados;
- a inexistência de um modelo que estabeleça e esclareça todas as etapas e procedimentos do circuito de gestão e decisão;
- o desajustamento das grelhas de mérito à intervenção preconizada pelos GAL no âmbito das respetivas DLBC

Ainda como considerandos relativamente a este ponto não podemos deixar de mencionar, o escrupuloso trabalho de supervisão global da Autoridade de Gestão CCDRC, que condicionou a tramitação dos processos, tendo conduzido à conclusão que seria indispensável um trabalho de simplificação de procedimentos. A assunção deste facto foi comunicada pela AG em reunião conjunta com os GAL apenas realizada a 25 de Outubro de 2018, quando muitos dos projetos já aguardavam por decisão há aproximadamente 1 ano.

Ainda de relevar que os atrasos mencionados são consequência do considerável lapso de tempo que decorreu entre a submissão das candidaturas e a aprovação/execução material e financeira, situações que não podem ser imputáveis aos GAL, na generalidade.

Não obstante, realçamos como positivo, o lançamento dos 1º Avisos de Concursos Si2E em conjunto com as CIM – Comunidades Intermunicipais, situação que implicou articulação e tempo de organização nos territórios promovendo maior sintonia com as populações e não criando nestas ainda maior perplexidade perante a complexidade da arquitetura e características do Sistema e procedimentos de candidatura.

O ano de 2017 foi crucial para a dinamização, divulgação e concretização destes apoios no território. Contudo, no início de 2019 ainda se aguarda, por parte da AG, a validação das decisões propostas pelo GAL relativamente à última fase do aviso decorrido no final de 2017, facto que descredibiliza todos os procedimentos definidos e introduz grandes incómodos aos empreendedores.

#### 4. FACTORES EXTRAORDINÁRIOS DE INSUCESSO

Para além do enunciado, o flagelo dos incêndios do ano 2017 que fustigaram a Região Centro e motivaram a abertura de Avisos de Concurso específicos como o Si2E– Atrair, priorizando os territórios afetados, geridos e decididos com a celeridade de resposta que a catástrofe exigiu, tendo protelado as decisões sobre os avisos do Si2E, por parte da Autoridade de Gestão do Centro, no que respeita aos GAL, constitui um fator extraordinário de insucesso.



Não desconsiderando a sua importância perante a gravidade dos factos, a verdade é que a forma como foram pensados e aplicados estes incentivos, ou seja, não existindo qualquer articulação entre todas as ferramentas e interlocutores, concorreram para que existisse um maior desfasamento dos processos.

## 7.2 RECOMENDAÇÕES BASEADAS NOS RESULTANTES DA AVALIAÇÃO

Os GAL da Região Centro ainda prosseguindo a sua estratégia de diálogo adiantam neste ponto alguns contributos que indiciam pistas de atuação para o futuro e eventualmente podem constituir-se como suporte para a construção de uma Posição nacional para o próximo período de programação.

Não constituindo uma abordagem fechada, carece ainda de alguma reflexão para definição de um documento final.

Integrando a metodologia de Avaliação, que não se esgota naturalmente no presente documento porquanto processo em contínuo, propomos que seja base de discussão e melhoria no próximo Encontro/Conselho Regional de Parceiros, previsto no Ponto 3 da Cláusula 2ª do Acordo de Parceria firmado em Fevereiro de 2018 entre os GAL da Região Centro (documento que se anexa) a realizar previsivelmente em Junho de 2019.

**GUIÃO- BASE PARA REFLEXÃO**

①

ENQUADRAMENTO  
E LÓGICA DE  
ACTUAÇÃO

- Os GAL assumidos como:
    - Instrumento para o fomento da Coesão e Desenvolvimento Integrado suportado em 3 eixos: social/económico/ambiental num ambiente global ou de globalização;
    - Estruturas de Proximidade e de Transparência (de comunidade/de pessoas/de rostos). Valorização da mais-valia que constituem as equipas multidisciplinares dos GAL, com força anímica e apoio técnico local;
  - O DLBC e a EDL observados como:
    - Mecanismo que contribui efetivamente para o exercício de uma cidadania ativa e participativa [com base no histórico: valorização da eficiência e eficácia da abordagem LEADER], adaptado às Especificidades Territoriais, promovendo uma real integração dos vários instrumentos de política no território
    - Soluções locais para problemas locais identificados pelas populações enquanto atores locais, decisores do destino das suas comunidades; Soluções Locais > Melhores Resultados
- ✚ Como seriam os territórios sem as Equipas e o modelo de governança?
- ✚ Qual a plataforma de nível local/regional em que os atores da sociedade civil têm acesso direto?
- ✚ É ou não prioritária a valorização do território e dinamização do interior a partir de criação líquida de postos de trabalho para reverter a baixa densidade ao invés de fomento de emprego precário com todas as vicissitudes que conhecemos, nomeadamente a insegurança, a instabilidade os baixos indicadores de apoio social?

②

MODELO DE  
GOVERNAÇÃO  
DESENVOLVIMENTO  
INTEGRADO

- 1 Organismo/Unidade de Gestão Nacional exclusiva para a Abordagem DLBC/LEADER que articule os diversos Fundos
  - A concentração numa única entidade gestora, nomeadamente conferindo-lhe competências de apoio, coordenação e pagamentos, possibilita uma maior articulação e consolidação no acompanhamento e na implementação das EDL, promovendo a uniformização de respostas e procedimentos e criando soluções comuns, desburocratizando o processo (ênfase na proximidade deste organismo com os GAL).
- Dotação coerente e consentânea com os objetivos definidos nos DLBC/LEADER e com as necessidades dos territórios identificadas nas EDL.

h

- Reforço da Governança Local: Abordagem integrada com lógica na tríade GAL/EDL/Território.
  - A imprescindibilidade da autonomia da decisão no território, com Órgão de Decisão Local, com poder efetivo e não fictício, ou seja, a estruturação da estratégia deverá ter na sua base uma governança local representativa e integradora da identidade e diversidade territorial envolvendo uma parceria multisectorial para estimular e reforçar as dinâmicas locais e promover a integração e a cooperação entre os vários sectores do território
  
- Definição de uma Estratégia global e multisectorial de desenvolvimento local considerando as características distintas, a história e as especificidades dos territórios em causa.
  - É a identidade de cada território que deve despoletar os pilares da estratégia a implementar procurando conceder aos territórios as respostas mais diretas e eficazes para as respetivas necessidades e especificidades. A animação territorial deve, igualmente ser considerada como a ferramenta ideal para a dinamização dos valores locais, sua valorização, promoção e qualificação.
  
- Garantia de existência de uma Estrutura Técnica Local apoiada a 100%
  - A importância da sustentabilidade das entidades, uma vez que atualmente se verifica uma total desresponsabilização do Estado no que se refere a esta temática. O serviço público prestado pelos GAL nunca foi devidamente assumido/valorizado. Importa, pois, fomentar o reconhecimento/aproveitamento do Know-How dos GAL por parte da tutela e a reivindicação de um estatuto sólido para as Estruturas Técnicas Locais face à especialização em áreas temáticas, experiência profissional no terreno de longos anos, planeamento estratégico, trabalho em equipa e rede de parcerias.

h

3

ORIENTAÇÕES E METAS | QUESTÕES PROCESSUAIS

- Estratégia Nacional/Estratégia Europeia PAC
- 7 Princípios da Abordagem Leader (ainda pertinentes mesmo que renovados os conceitos)
- Matriz e Metodologia Renovadas
  
- Simplificação administrativa nos processos de candidatura;
- Normas e Orientações Técnicas claras conhecidas à priori para decisões atempadas e implementação das operações em tempo útil;
- Flexibilidade na correção dos erros administrativos que possam levar a não aprovações ou a cortes de elegibilidade;
- Abertura para apoio a todo o tipo de projetos: Agricultura, Transformação, Turismo, Produtos Locais, Ambiente, Ação Social e Microempresas desde que se enquadrem na estratégia local;
- Implementação de Medidas, legislação e normas adequadas às necessidades dos territórios. Facilitação do procedimento de reafectação de verbas e aumento da flexibilidade para se proceder a alterações (exemplo: apoio à certificação IGP, produção biológica DOP, DOC a produtores, etc.)
- Capacidade financeira e elegibilidades adequadas para os eixos da animação e da cooperação;

4

GRANDES TEMÁTICAS DE INTERVENÇÃO

- Intervenção abrangente/multi-setorial. Medidas-Alavanca. Especificidades territoriais.
  - Possibilidade de definição de "eixos-chapéu"(suportados na regulamentação nacional) os quais poderiam enquadrar diferentes tipologias de intervenção, a definir em cada EDL de acordo com as especificidades dos territórios.
  - Simplificação na legislação nacional de apoio a recursos endógenos e produtos locais e formas de organização de produtores para que os mesmos possam vir a ser co-financiados pela dotação orçamental das estratégias.
  - Verdadeira auscultação e aplicação da Especialização Inteligente, com novos critérios adequados às realidades dos territórios, fazendo da Região Centro um núcleo demonstrativo de valorização de domínios fortes e consensuais.
  
- Ações Teste/Projetos-Piloto:
  - Possibilidade de desenvolvimento de benchmarking como metodologia corrente
  - Margem para aceitar o insucesso e incorporá-lo na cadeia de capacitação do território. Os projetos financiados ao abrigo da abordagem LEADER deveriam ser entendidos como projetos experimentais, sem enquadramento nas medidas convencionais e aos quais está subjacente o risco e a possibilidade de fracasso, devendo-se olhar para este como espaço de aprendizagem e de desenvolvimento.
  - Defesa da criação do estatuto do jovem investidor em meio rural, com fortes apoios à instalação em zonas de interior em qualquer área desde que dentro da estratégia de DL;



④

GRANDES  
TEMÁTICAS DE  
INTERVENÇÃO

- Cooperação, como vetor de desenvolvimento.
  - Numa 1ª. instância, a cooperação ao nível local, quando a comunidade reflete e define o seu futuro em torno de uma estratégia comum.
  - Em segundo lugar, a cooperação enquanto instrumento metodológico na implementação da estratégia, com o envolvimento dos parceiros locais e outros parceiros interterritoriais ou transnacionais.
  - Em 3º. lugar, a cooperação como fator multiplicador e potenciador de inovação nos territórios.
  
- Atividades de Animação (componente mais estrutural, para além da habitual) e Capacitação e Formação específica dos agentes locais;
  
- Outras Áreas Temáticas passíveis de enquadramento nos DLBC (exemplos)
  - ✓ Coesão social
  - ✓ Envelhecimento da população
  - ✓ Ligação rural-urbano
  - ✓ Floresta
  - ✓ Linhas de água
  - ✓ Qualidade alimentar
  - ✓ Ambiente e Energias limpas
  - ✓ Recursos culturais
  - ✓ Atração de novos residentes
  - ✓ Economia verde
  - ✓ Migração
  - ✓ Tecnologias da informação
  - ✓ Novos Processos de qualificação dos territórios
  - ✓ Renovação de Aldeias (conceito lato e específico de smart villages )
  - ✓ Mediação e Cooperação Inter territorial e Transnacional para obter territórios mais competitivos, conectados e colaborativos na resolução de problemas comuns
  - ✓ Redes Colaborativas
  - ✓ Networking

Por fim e face ao exposto, alguns considerandos finais:

O desafio para o restante período de implementação deste quadro deveria reforçar e agilizar todos os mecanismos e ajustamentos necessários para promover a eficiência e eficácia na implementação das medidas de apoio do DLBC nos territórios envolvidos, sendo inclusivamente a pretensão dos GAL reforçar e reajustar a sua ação para responder de forma empenhada às metas definidas e a definir.

Na programação futura é importante refletir-se uma estratégia global e multisectorial de desenvolvimento local considerando as características distintas, a história e as especificidades dos territórios em causa, devendo no futuro deixar-se de aplicar “um pacote” de medidas comuns e transversais a todos os territórios esquecendo-se assim as assimetrias e especificidades de cada território.

Deve ser realçada a importância dos territórios rurais se afirmarem como “territórios de alta densidade de recursos”, capazes de superar e contrapor o efeito negativo da baixa densidade populacional.

Ao nível regional deverá haver uma inversão na definição da estratégia relativamente ao atual quadro, uma vez que todas as estratégias locais tiveram de estar alinhadas com a estratégia previamente definida pela CCDRC.

Evidenciamos ainda o maior valor e adequação às necessidades do território a existência de uma abordagem ascendente, ou seja, primeiramente cada GAL definir a sua estratégia e depois as estratégias de NUT III e NUT II virem a incorporar essas linhas.

Recordamos, por fim, e à laia de conclusão deste Relatório de Avaliação Intercalar que, “segundo o Tribunal de Contas Europeu, os projetos LEADER não apresentam mais erros do que os outros projetos ao abrigo de medidas diferentes” (citação no parecer do Comité Económico e Social Europeu, publicado no Jornal Oficial da União Europeia de 11-Abril-2018), logo não há razão para a desconfiança da Tutela relativamente aos GAL e para a falta de vontade em desburocratizar os processos.

É este o nosso contributo conjunto para a Avaliação Intercalar do DLBC/LEADER com a convicção de que “O futuro começa a cada dia!”

**Os GAL da Região Centro  
a 15 de Abril de 2019**

